

Relatório da Administração

Pradópolis, 16 de junho de 2014. Senhores Acionistas,
Apresentamos o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e o Parecer dos Auditores Independentes relativos ao exercício social encerrado em 31 de março de 2014. No exercício social de 2014 - safra 2013/2014 - o Grupo São Martinho processou 15,6 milhões de toneladas, um crescimento de 21,0% quando comparado com o mesmo período do ano anterior. A melhoria desse resultado foi consequência do aumento de produtividade de nossos canaviais (aproximadamente 100 toneladas por hectare), além do crescimento da área administrada, resultado da aquisição dos canaviais da Usina São Carlos (ex-Biosev) em dezembro/12. No exercício social de 2014, destacaram-se ainda os seguintes eventos: 1) Expansão industrial da Usina São Martinho atingindo a capacidade de moagem diária de 50.000 toneladas de cana-de-açúcar, e 2) Investimento na verticalização da frota das usinas São Martinho e Iracema, localizadas no estado de São Paulo e Usina Boa Vista, localizada no estado de Goiás com o objetivo de reduzir custos inerentes ao transporte de cana-de-açúcar; Abaixo, detalhamos o andamento de nossos negócios durante o exercício de 2014 bem como as perspectivas para a safra 14/15 (exercício social de 2015). Diretor Presidente - Fábio Venturelli.

1. Descrição dos Negócios: A São Martinho S.A. - uma das maiores produtoras de açúcar e etanol do Brasil - possui, atualmente, quatro usinas em operação: São Martinho, em Pradópolis (região de Ribeirão Preto, SP); Iracema, em Iracemópolis (região de Limeira, SP); Boa Vista (Quirinópolis), a 300km de Goiânia, GO) e 32,18% da Santa Cruz (região de América Brasileira, a 45km da Usina São Martinho). Na safra 2013/2014, o Grupo São Martinho processou 15,6 milhões de toneladas, o que representou um crescimento de 21,0% quando comparado com o mesmo período do ano anterior, consequência da melhor produtividade de nossos canaviais, além da aquisição do canavial da São Carlos ampliando o nosso volume de cana disponível, conforme citado anteriormente. Encerramos a safra 2013/2014 com uma capacidade de cogeração de energia de, aproximadamente, 520 mil MWh, nos quais já consideramos a participação acionária proporcional na Usina Boa Vista - *joint venture* com a Petróbrás Biocombustível, no estado de Goiás, e na Usina Santa Cruz. Adicionalmente, produzimos também RNA - sal sódico de ácido e ribonucleico - um produto realçador de sabor dos alimentos. Temos um contrato com a empresa Mitsubishi Corporation, sediada no Japão para onde destinamos toda produção. É importante mencionar que mediante a implantação da norma contábil IFRS 11 (CPC 19), a partir deste exercício fiscal, a São Martinho S.A. não consolidará proporcionalmente os resultados de suas investidas. Tendo em vista a relevância dos resultados da Nova Fronteira Bioenergia S.A. (50,95%) e Santa Cruz S.A. (32,18%) no Grupo São Martinho, a Companhia decidiu pela continuidade da apresentação "proforma" do balanço patrimonial, da demonstração do resultado e da demonstração de fluxo de caixa na carta financeira, nos mesmos critérios de consolidação anteriores à aplicação do referido pronunciamento. O detalhamento destas informações continuará sendo apresentada desta forma com a finalidade de proporcionar aos usuários uma visão abrangente e comparativa das operações da Companhia, portanto, muitos dados não coincidirão com o detalhamento das notas explicativas, que adotará os novos efeitos contábeis acima mencionados.

2. Conjuntura Econômica Geral e Mercado: De acordo com a UNICA (União da Indústria de Cana de Açúcar), a região centro-sul encerrou a safra 13/14 com moagem efetiva de 596,2 milhões de toneladas de cana-de-açúcar (+11,9%), produzindo 34,3 milhões de toneladas de açúcar (+0,5%) e 25,5 bilhões de litros de etanol (+19,7%). O aumento da moagem de cana-de-açúcar na região centro-sul foi consequência, principalmente, do aumento da produtividade dos canaviais e do clima seco que permitiu um alongamento nos dias de safra. Em relação ao desempenho financeiro da Companhia na safra 2013/2014, a receita líquida do Grupo São Martinho totalizou aproximadamente R\$ 1,97 bilhão, um crescimento de 20,5% em relação à safra anterior. Os produtos que contribuíram para a melhoria da performance anual foram o etanol e cogeração de energia em maior volume e melhor preço de comercialização do etanol. Mantivemos em linha nosso volume de vendas de açúcar, que apresentou uma redução de 7% na receita líquida (R\$ 884,3 milhões), consequência da diminuição de 8,4% no preço médio do período (R\$ 892,1/tonelada), consequência do superávit de produção mundial do produto. Em relação ao mercado de etanol, a receita de vendas aumentou 54% em relação à safra anterior (R\$ 841,1 milhões), como consequência do aumento de 41% no volume vendido de etanol (638,6 mil m³), aliado ao crescimento de 9% no preço médio de comercialização (R\$ 1.317,2/m³). É importante mencionar que a melhora no preço médio de comercialização do etanol é consequência da desoneração do PIS/COFINS, ocorrida em maio/2013, melhorando a rentabilidade do produto. Adicionalmente, as ações ordinárias (SMT03) do Grupo São Martinho, inserido no Novo Mercado, tiveram uma performance positiva no ano, resultando em um aumento de 9,2% no preço da SMT03 em relação ao primeiro dia da safra, e ao fechamento da mesma. Neste mesmo período, o índice Ibovespa apresentou performance negativa, com queda de 9,8%.

3. Gestão de Pessoas: Pautado em um modelo de Gestão de Pessoas atualizado e abrangente, assim como pilares sólidos para atrair, formar e reter pessoas, o Grupo São Martinho visa propiciar oportunidades, capacitar e motivar as equipes. Diante disso, estuando novas tecnologias e parcerias, e agregar maior valor ao seu produto, tornaram-se objetivos do dia a dia da Companhia para enfrentar os desafios cada vez maiores do setor sucroenergético. Algumas ferramentas e programas são desenvolvidos pela Companhia. **Estagiário:** O objetivo é preparar os alunos da integração dos conhecimentos da escola e da organização. A meta é contribuir para o desenvolvimento pessoal e profissional do aluno por meio da complementação do ensino-aprendizagem na prática. Com essa interação, o Grupo acredita que o aluno e a empresa ganham através do estímulo ao aperfeiçoamento técnico do estagiário e de seus colaboradores. **Aprendiz:** Estruturado em convênios com instituições como SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, a Companhia prepara tecnicamente novos profissionais de acordo com sua demanda e cria oportunidade de acesso ao mercado de trabalho aos jovens, através do primeiro emprego. **Trainee:** Realizado a cada dois anos, busca formar profissionais para ocupar postos estratégicos no Grupo. Participam candidatos externos, recém-formados nas áreas de atuação da Companhia. Internamente, é desenvolvido um projeto similar ao programa *trainee*, visando preparar os colaboradores para as mesmas oportunidades. O programa das turmas em andamento que se iniciou em 2012, conta com o apoio da Crescimentum - consultoria que trabalha a metodologia dos "Líderes do Futuro", abordando temas como autoconhecimento, *feedback* entre outros. **Remuneração:** O Grupo São Martinho adota uma política de remuneração alinhada ao mercado e coerente com os objetivos da organização. Em consonância com a estrutura e seus processos organizacionais, busca maneiras de assegurar a efetiva equidade interna e externa e formas de sustentar os pilares da gestão de pessoas. **PPR - Programa de Participação nos Resultados:** O programa tem como objetivo distribuir em forma de salário os resultados obtidos por meio da contribuição dos empregados no cumprimento e/ou na superação das metas definidas de acordo com a estratégia anual da empresa. Remunera 100% dos colaboradores do Grupo São Martinho. Os indicadores são negociados anualmente com a comissão eleita pelos colaboradores, e os resultados são apresentados a toda a empresa mensalmente, conforme Lei 10.101/2000. **Remuneração Variável:** É definida de acordo com a estratégia da empresa e as diretrizes do processo. É baseada em indicadores de performance das equipes. Remunera mensalmente cerca de 74% dos colaboradores do Grupo. Os indicadores são definidos, divulgados e pagos de acordo com os resultados obtidos. **Remuneração por Competência/Lump Sum:** Outra prática diferenciada de remuneração é a Remuneração por Competências e Habilidades, que pode remunerar até 1,3 salário no ano com base nos comportamentos e nas habilidades técnicas esperadas pela organização. Semelhante ao Lump Sum que o mercado pratica, para os colaboradores que já se posicionam em 100% da faixa salarial ou mediana de mercado recebem de forma variável um percentual que seria acrescentado ao salário, desta forma reconhecendo o colaborador anualmente e não inflacionando a estrutura de salários interna. **Benefícios:** A política de benefícios do Grupo São Martinho é gerida pela área de Recursos Humanos e aplicável a todos os colaboradores da Companhia. Visa garantir a satisfação dos clientes internos, equilibrando a equação custos x benefícios à atratividade e retenção de colaboradores e à qualidade das relações e imagem da Companhia. O Grupo oferece a seus colaboradores: assistência médica e odontológica transporte de colaboradores, previdência privada, auxílio-funeral, auxílios complementares, cobertura de acidente de trabalho, convênio farmácia, cooperativa de crédito, prorrogação do período licença-maternidade, refeição, liquete-alimentação e refeição, seguro de vida em grupo, cesta de natal, auxílio leite e kit escolar. **Segurança:** A Companhia adota os mais rígidos padrões de segurança na prevenção de acidentes do trabalho e trabalha constantemente para oferecer um ambiente e uma atividade laboral confortável e que não ofereça risco ao colaborador. Um intenso trabalho de conscientização e prevenção também é desenvolvido através de campanhas (Faça o Certo. Celebre a Vida, Acidente Zero, outros), Programas (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, Auditorias/Inspeções, outros) de diálogos diários de segurança, atuação das CIPAs (Comissões Internas de Prevenção de Acidentes), investimento em EPI's - Equipamentos de Proteção Individuais de primeira linha, certificados e desenvolvidos para atender exigências ergonômicas, investimentos em máquinas e equipamentos adequados ao trabalhador, investimentos em adequações dos arranjos físicos da empresa, além da capacitação intensa da sua equipe de técnicos. **Saúde Ocupacional:** O Grupo São Martinho investe constantemente na prevenção e na manutenção da saúde de seus colaboradores. Exemplo disso é a preocupação contínua em cumprir o PCMSO - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, também a manutenção de programas regulares de Readaptação temporária, o Programa de Conservação Auditiva - PCA, Programa de Acompanhamento Clínico. Além de realizar programas voltados para a qualidade de vida de seus colaboradores em parceria com instituições de saúde, o Grupo São Martinho apoia e realiza práticas como campanhas de conscientização. Essas campanhas oferecem aos empregados informações de forma simples e objetiva. Como exemplo, podemos citar: Dia Mundial sem Tabaco; Dia Internacional de Combate às Drogas; Dia Internacional do Diabético; Dia Mundial de Luta Contra a Aids; Dia Nacional do Controle do Colesterol e Dia Nacional de Combate ao Fumo. Também são realizados "Diálogos de Saúde Ocupacional" para reforçar os cuidados com a saúde dos profissionais. Nesse módulo diário, há discussões sobre a importância de ingerir bebidas isotônicas no campo, benefícios de ginástica laboral, alcoolismo, tétano, aleitamento materno, vermifugação, depressão, gastrite, labirintite, tuberculose, entre outros. **Treinamento/Capacitação:** O desenvolvimento das competências comportamentais e habilidades técnicas é o principal objetivo do investimento em treinamento e capacitação. A Companhia acredita que é a melhor forma de preparar a organização para enfrentar os desafios futuros, que exigirão cada vez mais profissionais motivados, atualizados e comprometidos. Um dos programas estruturados pelo Grupo é o PDG. Com base nos gaps identificados na avaliação de competências, na pesquisa de engajamento e nas demais ferramentas contempladas no planejamento estratégico de RH, foi elaborado o Programa de Desenvolvimento de Gestores (PDG), composto por ações de desenvolvimento que contemplam todos os níveis de liderança da empresa, incluindo os *trainees*. **Bolsa de Estudos:** O Grupo investe constantemente na formação de seus colaboradores por meio de um programa de incentivo educacional que fornece bolsas de estudo em nível técnico, de graduação e pós-graduação. Dessa forma, acredita no desenvolvimento de seus profissionais e no aprimoramento de funções dentro do Grupo.

4. Investimentos - R\$ milhões

Capex (Manutenção) - R\$ milhões	12M14	12M13	Var.(%)
Plântio de Cana	145.476	140.764	3,3%
Manutenção Entre Safra/Industriais/Agrícolas	96.738	107.224	-9,8%
Tratos Culturais	199.896	172.790	15,7%
Total	442.110	420.779	5,1%
Capex (Melhoria Operacional) - R\$ milhões	12M14	12M13	Var.(%)
Equipamentos/Projetos/Reposições	44.298	32.943	34,5%
Total	44.298	32.943	34,5%
Capex (Modernização/Expansão) - R\$ milhões	12M14	12M13	Var.(%)
Plântio de Cana	7.455	36.917	-79,8%
Industriais/Agrícolas	162.505	177.906	-8,7%
Tratos Culturais	2.121	11.298	-81,2%
Total	172.081	226.120	-23,9%

O capex de manutenção do Grupo São Martinho somou R\$ 442,1 milhões no 12M14, apresentando um aumento de 5,1% em relação ao mesmo período da safra anterior. Os investimentos em tratamentos culturais aumentaram 15,7% totalizando R\$ 200 milhões, em consequência do aumento da área tratada resultante da aquisição do canavial da São Carlos (ex-Biosev). O capex de melhoria operacional - investimentos relacionados a trocas de equipamentos agrícolas e industriais, visando crescimento de produtividade -, somou R\$ 44,3 milhões nos 12M14, acréscimo de 34,5% em relação aos 12M13. O crescimento está relacionado, principalmente, aos investimentos em automação agrícola. Quanto ao capex de modernização/expansão, na safra 2013/2014, o Grupo São Martinho iniciou uma série de investimentos importantes tanto para o crescimento de longo prazo da Companhia, como para a redução nos custos de produção. É importante mencionar que tais investimentos estão sendo realizados com funding de longo prazo e aproveitando as ta-

xas vigentes do "PSI" (programa do governo federal para incentivar investimentos). Os principais projetos de expansão e modernização que se destacaram na safra 2013/2014 foram, i) *brownfield* da Usina São Martinho, atingindo capacidade instalada de moagem de 50.000 toneladas de cana por dia, e ii) a verticalização da frota de caminhões nas usinas de São Paulo e na usina de Goiás, reduzindo o custo com transporte de cana-de-açúcar. **5. Governança Corporativa e Política de Dividendos - 5.1. Governança Corporativa:** A Companhia confirmou sua opção pelas melhores práticas de Governança Corporativa ao aderir às regras do Novo Mercado da Bovespa, assegurando aos seus acionistas total transparência e tratamento igualitário, através do cumprimento de uma das mais importantes e restritas regras de regulamentações de mercado, inclusive dentre os mercados internacionais. Para o atendimento aos investidores, desde o início das negociações das ações na BM&FBovespa, foi estruturada uma equipe de Relações com Investidores (RI) que divulga ao mercado - nos idiomas português e inglês - todos os comunicados, fatos relevantes e demonstrações financeiras da Companhia. **5.2. Política de Dividendos:** Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, após deduzidos os prejuízos acumulados e a constituição da reserva legal. Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 31 de julho de 2013, foi aprovada uma distribuição adicional de dividendos no montante de R\$ 12.674 (R\$ 0,112926 por ação), totalizando uma distribuição de dividendos no montante de R\$ 30.000 (R\$ 0,267302 por ação) sobre o resultado do exercício findo em 31 de março de 2013. Os dividendos mínimos obrigatórios foram apurados como segue:

	2014	2013
Lucro líquido do exercício	135.001	72.950
Constituição de reserva legal - 5%	(6.750)	(3.647)
Base de cálculo para distribuição de dividendos mínimos obrigatórios	128.251	69.303
Dividendos mínimos obrigatórios - 25% (2013 - R\$ 0,2854 por ação)	32.063	17.326
Dividendos por ação	0,2854	0,1533
Quantidade de ações (milhares)	112.342	113.000

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 16 de junho de 2014, foi proposta uma distribuição adicional de dividendos no montante de R\$ 8.342 (R\$ 0,0741 por ação) a ser ratificada em Assembleia Geral Ordinária.

6. Perspectivas: Com base na combinação do i) desenvolvimento da cana de açúcar observada em nosso canavial até o momento, ii) volume de cana de açúcar bisada da safra 13/14 (+1,4 milhão), iii) a cana de açúcar remanescente da aquisição da São Carlos não processada na 13/14 (+1,0 milhão) e iv) aquisição da Santa Cruz S.A.

Produção	2013/2014	Guidance 2014/2015 (*)	Var. (%)
Moagem (mil toneladas)	15,6	19,6	26,2%
Açúcar (mil toneladas)	986,0	1.353,0	37,0%
Etanol (mil m³)	639,0	740,0	15,8%
Cogeração (mil MWh)	445,0	663,0	49,0%
Mix Açúcar/Etanol	48% - 52%	53% - 47%	
Mix Anidro/Hidratado	62% - 38%	61% - 39%	

(*) Considera participação de 50,95% na Nova Fronteira Bioenergia S.A. e 100% na Usina Santa Cruz S.A. Em relação às perspectivas na continuidade do crescimento da Companhia, estimamos para a safra 2014/2015 um aumento de 26,0% na moagem efetiva de cana-de-açúcar, totalizando 19,6 milhões de toneladas. Como consequência, a Companhia pretende aumentar em aproximadamente 37% a produção de açúcar e em 16% a produção de etanol. A projeção acima considera 50,95% da produção da Usina Boa Vista, em Goiás e 100% da produção da Usina Santa Cruz. Em relação à aquisição do controle remanescente da Santa Cruz, é importante mencionar que o fechamento da operação está sujeito às condições usuais de fechamento para operações similares a estas, incluindo a obtenção das aprovações governamentais necessárias, inclusive CADE. Adicionalmente, tais projeções ou afirmações estão sujeitas a riscos conhecidos e desconhecidos e incertezas que podem fazer com que tais expectativas não se concretizem ou sejam substancialmente diferentes do que é esperado.

7. Desempenho no exercício - valores consolidados

Destaque Financeiro (milhares de R\$)	12M14	12M13	Var. (%)
São Martinho - Consolidado			
Receita Bruta	2.047.162	1.708.566	19,8%
Receita Líquida	1.971.177	1.635.955	20,5%
EBITDA (Ajustado)	766.601	650.102	17,9%
Margem EBITDA	38,9%	39,7%	-0,8 p.p.

Indicadores de Balanço Consolidados

Ativo Total	5.853.571	5.633.110	3,9%
Patrimônio Líquido	2.108.014	2.100.617	0,4%
EBITDA (acumulado dos últimos 12 meses)	766.601	650.102	17,9%
Dívida Líquida	1.549.206	1.429.293	8,4%
Dívida Líquida / (EBITDA dos últimos 12 meses)	2,02 x	2,20 x	
Dívida Líquida / Patrimônio Líquido	73%	68%	

No comparativo 12M14 x 12M13, a receita líquida consolidada do Grupo apresentou aumento de 20,5%, totalizando R\$ 1,97 bilhão, aproximadamente. Conforme já mencionado anteriormente, o aumento da receita líquida ocorreu principalmente devido ao aumento do volume de vendas de etanol e cogeração de energia, além dos melhores preços de comercialização do etanol no período, o que contribuiu para o aumento de 17,9% no EBITDA Ajustado do período, totalizando R\$ 766,6 milhões, com margem EBITDA Ajustado de 38,9%. Seguem abaixo as tabelas de receita líquida e volume de vendas dos produtos da Companhia que ilustram a melhora da performance dos resultados em relação aos últimos dois exercícios sociais.

Volume de Vendas	12M14	12M13	Var.(%)
Produtos			
Mercado Doméstico			
Açúcar (ton)	70.636	66.889	5,6%
Etanol Hidratado (m³)	187.690	148.322	26,5%
Etanol Anidro (m³)	278.596	209.498	33,0%
Energia Elétrica (MWh)	445.694	260.591	71,0%
Mercado Externo			
Açúcar (ton)	920.591	909.333	1,2%
Etanol Hidratado (m³)	63.470	32.328	96,3%
Etanol Anidro (m³)	108.829	60.714	79,2%
RNA (Kg)	286.000	319.600	-10,5%
Volume Consolidado Total			
Açúcar (ton)	991.227	976.222	1,5%
Etanol Hidratado (m³)	251.160	180.650	39,0%
Etanol Anidro (m³)	387.425	270.212	43,4%
Energia Elétrica (MWh)	445.694	260.591	71,0%
RNA (Kg)	296.400	319.620	-7,3%
Composição da Receita Líquida - Milhares de Reais	12M14	12M13	Var.(%)
Mercado Doméstico	893.128	597.880	49,4%
Açúcar	64.595	61.810	4,5%
Etanol Hidratado	235.097	165.423	42,1%
Etanol Anidro	380.248	261.671	45,3%
Energia Elétrica	77.273	44.408	74,0%
RNA	1.073	2	n.m.
Outros	134.842	64.566	108,8%
Mercado Externo	1.078.049	1.038.075	3,9%
Açúcar	819.679	888.516	-7,7%
Etanol Hidratado	76.412	37.262	105,1%
Etanol Anidro	149.376	81.810	82,6%
RNA	31.118	29.831	4,3%
Outros	1.464	656	123,2%
Receita Líquida Total	1.971.177	1.635.955	20,5%
Açúcar	884.274	950.326	-7,0%
Etanol Hidratado	311.509	202.685	53,7%
Etanol Anidro	529.624	343.481	54,2%
Energia Elétrica	77.273	44.408	74,0%
RNA	32.191	29.833	7,9%
Outros	136.306	65.222	109,0%

8. Fontes de Recursos - Endividamento Consolidado

Endividamento - Em Milhares de R\$	mar/14	mar/13	Var.(%)
PESA	65.083	69.599	-6,5%
Crédito Rural	164.074	161.662	1,5%
BNDES / FINAME	649.618	546.570	18,9%
Capital de Giro	145.286	144.896	0,3%
ACC (Adiantamento de Contrato de Câmbio)	93.404	40.662	129,7%
PPE (Pré-Pagamento de Exportação)	387.846	429.611	-9,7%
NCE (Nota de Crédito de Exportação)	458.846	378.905	21,1%
Outros	2.031	3.108	-34,7%
Obrigações decorrentes de Aquisições	10.725	81.657	-86,9%
Dívida Bruta Total	1.976.913	1.856.670	6,5%
Disponibilidades	670.741	634.290	5,7%
Dívida Líquida	1.306.172	1.222.380	6,9%
(+) Dívida Bruta Proporcional Santa Cruz	243.034	206.913	17,5%
Dívida Líquida Consolidada	1.549.206	1.429.293	8,4%
Dívida Líquida / EBITDA Acum.	2,02 x	2,22 x	

No 12M14, o Grupo São Martinho aumentou sua dívida líquida em 8,4%, totalizando R\$ 1,5 bilhão, encerrando com indicador Dívida Líquida/EBITDA em 2,02 vezes. As principais razões para o aumento do endividamento foram i) a desvalorização cambial no período, aumentando nossa dívida denominada em dólar em aproximadamente R\$ 90 milhões, e ii) investimentos em projetos de expansão e melhorias, conforme já mencionado anteriormente. Considerando que todo endividamento em dólar está atrelado às futuras exportações da Companhia, no momento que as mesmas ocorram, essa perda será compensada integralmente.

9. Sustentabilidade: A sustentabilidade é um dos pilares estratégicos do Grupo São Martinho no longo prazo, como atestam sua missão e visão, seus valores e pilares. Por isso, a Companhia lida de maneira transparente com os desafios relacionados a suas operações. A priorização da questão ambiental, por exemplo, se justifica porque está diretamente relacionada à continuidade dos negócios com a cana-de-açúcar. O bom relacionamento com as comunidades do entorno, por sua vez, é parte do compromisso da Companhia com o respeito às pessoas. Desse modo, os programas de cidadania empresarial buscam trazer benefícios a todos os envolvidos, garantindo a sustentabilidade dos negócios. Todo esse trabalho é norteado por uma gestão social responsável, pautada em uma relação ética e transparente com os públicos com os quais o Grupo se relaciona. O objetivo é o desenvolvimento de seu negócio e da sociedade, gerando valor a todos e atendendo às necessidades das gerações atuais sem comprometer as futuras. A sustentabilidade permeia toda a cadeia produtiva do Grupo, que abrange desde o uso responsável do solo, plantio e colheita mecanizada da cana-de-açúcar, reutilização de resíduos no processo produtivo, respeito e conservação do meio ambiente, ética e governança corporativa até o relacionamento com a comunidade e os demais públicos de interesse. O conceito de sustentabilidade sempre esteve presente na cultura da companhia e permeou a sua forma de operar e gerir o negócio. O Grupo São Martinho tem investido historicamente em melhorias de processos, tecnologias e iniciativas que, além de refletir sua preocupação com a sustentabilidade, melhoram sua eficiência operacional.

9.1. Projetos Sociais/ Ações Sociais: As ações sociais são desenvolvidas em conjunto com o poder público e com as comunidades em que a Companhia atua. Para tanto, a área corporativa de Responsabilidade Social conta com a parceria das assistentes sociais e dos gestores das unidades. Diversos municípios no interior do Estado de São Paulo são beneficiados com os projetos apoiados pelo Grupo. Confira alguns deles: **Primeiro emprego:** Em parceria com instituições de Iracemópolis e Pradópolis, a Companhia investe em programas sociais que propiciam acesso ao mercado de trabalho para, aproximadamente, 54 jovens de 16 a 18 anos. Todos são oriundos do Ensino Médio regular destas comunidades e prestam serviços na área administrativa, recebendo noções de primeiro emprego e de responsabilidades, além de salário, benefícios e a oportunidade de permanecer na Companhia ao final do programa. **"Telessalas"** - Iniciativa da Usina Iracema, em parceria com a Fundação Bradesco, responsável pela supervisão pedagógica, já formou cerca de dois mil alunos desde 2001, quando foi implementada. São seis telessalas, com equipamentos, material didático e monitores custeados pela Usina. Em 2013, o projeto possibilitou que 160 alunos retomassem seus estudos. **Projeto Escola de Futebol Santa Rita/ Núcleo Pradópolis:** Através da Lei Federal de Incentivo ao Esporte a Usina São Martinho em parceria com CGTI - Centro de Gestão de Tecnologia e Prefeitura Municipal de Pradópolis, desenvolvem o projeto escola de futebol na cidade de Pradópolis, atendendo cerca de 150 alunos, de 7 a 18 anos da rede municipal e estadual de ensino. Com o

objetivo formar cidadãos, durante o projeto o rendimento escolar e frequência são monitorados, além de receberem palestras educativas como atividade complementar ao projeto. **Gestão da Diversidade:** O Grupo tem como um de seus valores o respeito às pessoas e se esforça para trabalhar com a diversidade em seu quadro de colaboradores, rejeitando qualquer forma de discriminação por gênero, cor, idade, religião, capacidade física ou intelectual. Em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e as prefeituras de Guariba e Pradópolis, a Usina São Martinho promove cursos de capacitação profissional para esse público. O projeto, iniciado em fevereiro de 2013, pretende preparar os participantes para o trabalho na unidade, promovendo a inclusão social e a formação de cidadãos economicamente ativos. Aproximadamente 60 aprendizes participaram desse trabalho. Os alunos são qualificados profissionalmente pelo SENAI por meio de treinamento específico com professores especializados e acompanhamento de equipe multiprofissional. Os cursos têm carga horária de 800 horas e duração de aproximadamente um ano, com conteúdo teórico e prático, além de aulas extras para nivelamento escolar quando necessário. Durante o treinamento, os inscritos são contratados como aprendizes e recebem salário, conforme prevê a Lei Federal de Aprendizagem. Em Guariba, 31 alunos participaram das aulas para a formação de Assistente Administrativo. Em Pradópolis, 27 alunos foram capacitados para a função de Almojarife. Ao final do curso, todos receberam um certificado de qualificação profissional. Além disso, o Grupo São Martinho desenvolve projeto interno de readaptação de colaboradores liberados pelo INSS. Como esses profissionais não podem retornar à função de origem na Companhia, permaneceriam sem o benefício do INSS e sem o salário. Para evitar isso, a readaptação ocorre por iniciativa e custos próprios da Companhia. Outras ações da Companhia também valorizam pessoas com deficiência, como é o caso da distribuição mensal da Usina Iracema à Associação de Reabilitação Infantil Limeirense (ARIL). Para melhorar a qualidade do atendimento da instituição, a unidade também cedeu espaço físico e ampliou sua gestão. Graças a esse trabalho, todos os anos a unidade recebe o selo "Empresa Amiga da ARIL". Outra instituição que tem incentivo é a APAE de Limeira, cujo reconhecimento resultou na entrega do selo "Empresa Cidadã da APAE", em 2013.

Corrida São Martinho: realizado anualmente, o evento promove uma corrida de integração para colaboradores de todas as unidades. A disputa, que envolve percursos de 5 e 10 km por trilhas localizadas nos canaviais da Usina São Martinho, em Pradópolis, tem despertado o interesse e a participação de atletas profissionais. A 5ª edição, realizada em 2013, reuniu cerca de 1.000 corredores. **Nova Fronteira do Inglês:** consiste na capacitação em língua inglesa para adolescentes ingressos na AAPM (Associação de Amparo e Proteção ao Menor). O projeto foi realizado através de incentivo fiscal destinado pela São Martinho ao Fundo Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, beneficiando cerca de 264 alunos da rede pública municipal de ensino em 2013. **Campanha do Agasalho:** campanha filantrópica anual, realizada pelo Fundo Social de algumas cidades do entorno do Grupo São Martinho, tem o objetivo de arrecadar agasalhos e cobertores que são destinados à população de baixa renda. **Feira**

11. Serviços Prestados pelos Auditores Externos: Em relação aos auditores independentes:

Em relação aos auditores independentes:

	2014	2013	2012	2011
a) Nome empresarial	PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes	PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes	PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes	PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes
b) Responsáveis, CPF e dados para contato	Sr. Mauricio Cardoso de Moraes CPF.: 795.008.389-15 E-mail: mauricio.moraes@br.pwc.com Endereço: Av. Antônio Diederichsen, 400 - 21º andar conj. 1 a 6, CEP.: 14020-250, Ribeirão Preto/SP Telefone: (16) 2133-6600 - Fax: (16) 2133-6685	Sr. Mauricio Cardoso de Moraes CPF.: 795.008.389-15 E-mail: mauricio.moraes@br.pwc.com Endereço: Av. Antônio Diederichsen, 400 - 21º andar conj. 1 a 6, CEP.: 14020-250, Ribeirão Preto/SP Telefone: (16) 2133-6600 - Fax: (16) 2133-6685	Sr. Mauricio Cardoso de Moraes CPF.: 795.008.389-15 E-mail: mauricio.moraes@br.pwc.com Endereço: Av. Antônio Diederichsen, 400 - 21º andar conj. 1 a 6, CEP.: 14020-250, Ribeirão Preto/SP Telefone: (16) 2133-6600 - Fax: (16) 2133-6685	Sr. Mauricio Cardoso de Moraes CPF.: 795.008.389-15 E-mail: mauricio.moraes@br.pwc.com Endereço: Av. Antônio Diederichsen, 400 - 21º andar conj. 1 a 6, CEP.: 14020-250, Ribeirão Preto/SP Telefone: (16) 2133-6600 - Fax: (16) 2133-6685
c) Data da contratação dos serviços	17 de julho de 2013	18 de julho de 2012	20 de junho de 2011	10 de agosto de 2010
d) Descrição dos serviços contratados	Exame das demonstrações financeiras do exercício social a partir de 31 de março de 2014 individuais (controladora) e consolidadas, elaboradas pela administração, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil; Revisão das informações contábeis trimestrais individuais (controladora) e consolidadas, referentes aos trimestres findos em 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro de 2013, elaboradas pela administração, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas expedidas pela CVM; Tradução das demonstrações financeiras e informações trimestrais para o idioma inglês; Serviços de consultoria tributária contemplando: revisão dos procedimentos de apuração de cálculo de IRPJ e CSLL, revisão dos procedimentos do preenchimento da DIPJ, revisão dos procedimentos de apuração do PIS e COFINS e revisão dos procedimentos de apuração do ICMS e IPI.	Exame das demonstrações financeiras do exercício social a partir de 31 de março de 2013 individuais (controladora) e consolidadas, elaboradas pela administração, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil; Revisão das informações contábeis trimestrais individuais (controladora) e consolidadas, referentes aos trimestres findos em 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro de 2012, elaboradas pela administração, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas expedidas pela CVM; Tradução das demonstrações financeiras e informações trimestrais para o idioma inglês; Serviços de consultoria tributária contemplando: revisão dos procedimentos de apuração de cálculo de IRPJ e CSLL, revisão dos procedimentos do preenchimento da DIPJ, revisão dos procedimentos de apuração do PIS e COFINS e revisão dos procedimentos de apuração do ICMS e IPI.	Exame das demonstrações financeiras do exercício social a partir de 31 de março de 2012 individuais (controladora) e consolidadas, elaboradas pela administração, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil; Revisão das informações contábeis trimestrais individuais (controladora) e consolidadas, referentes aos trimestres findos em 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro de 2011, elaboradas pela administração, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas expedidas pela CVM; Tradução das demonstrações financeiras e informações trimestrais para o idioma inglês; Serviços de consultoria tributária contemplando: revisão dos procedimentos de apuração de cálculo de IRPJ e CSLL, revisão dos procedimentos do preenchimento da DIPJ, revisão dos procedimentos de apuração do PIS e COFINS e revisão dos procedimentos de apuração do ICMS e IPI.	Exame das demonstrações financeiras do exercício social a partir de 31 de março de 2011 individuais (controladora) e consolidadas, elaboradas pela administração, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas expedidas pela CVM; Tradução das demonstrações financeiras e informações trimestrais para o idioma inglês; Serviços de consultoria tributária contemplando: revisão dos procedimentos de apuração de cálculo de IRPJ e CSLL, revisão dos procedimentos do preenchimento da DIPJ, revisão dos procedimentos de apuração do PIS e COFINS e revisão dos procedimentos de apuração do ICMS e IPI.
e) Substituição do auditor	Não houve substituição do auditor	Não houve substituição do auditor	Não houve substituição do auditor	Não houve substituição do auditor
i) Justificativa da substituição	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
ii) Razões do auditor pela discordância da justificativa da substituição	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável

Montante total de remuneração dos auditores independentes no último exercício social, discriminando os honorários relativos a serviços de auditoria e os relativos a quaisquer outros serviços prestados: No exercício social encerrado em 31 de março de 2014, os auditores independentes receberam os seguintes honorários (R\$ Mil): Serviços de auditoria contábil = R\$ 1.077; Serviços de consultoria tributária = R\$ 573; Outros serviços = R\$ 71.

Balanco patrimonial - Em milhares de reais															
Ativo	Nota	Controladora			Consolidado			Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	Controladora			Consolidado		
		31/03/14	31/03/13	1º/04/12	31/03/14	31/03/13	1º/04/12			31/03/14	31/03/13	1º/04/12	31/03/14	31/03/13	1º/04/12
Circulante															
Caixa e equivalentes de caixa	6	542.917	479.631	288.554	551.359	531.141	295.776	Emprestimos e financiamentos	16	436.671	237.630	117.551	439.644	240.405	117.551
Contas a receber de clientes	7	59.800	52.770	33.869	72.106	51.739	33.869	Instrumentos financeiros derivativos	27	56.398	14.297	13.542	56.398	14.297	13.542
Instrumentos financeiros derivativos	27	33.553	79.232	10.283	33.553	79.232	10.283	Fornecedores	17	66.862	76.315	56.751	64.429	77.059	57.080
Estoques	8	90.319	102.220	104.624	99.658	101.503	102.845	Obrigações com a Copersucar	18	2.040	2.040	2.040	2.040	2.040	2.040
Tributos a recuperar	9	63.905	43.280	28.977	64.367	43.313	29.038	Salários e contribuições sociais	18	58.847	50.153	44.790	58.847	50.153	44.790
Imposto de renda e contribuição social	24	33.473	33.329	17.658	34.237	33.370	17.667	Tributos a recolher	10	5.883	10.204	9.376	11.040	10.225	9.425
Contas a receber	2	232	9.227	8.604	232	353	1.216	Imposto de renda e contribuição social	24				611	314	115
Outros ativos	11	7.141	6.420	4.905	7.145	6.423	4.905	Dividendos a pagar		32.063	17.326	30.070	32.063	17.326	30.070
Total do Circulante		831.340	806.109	497.474	862.657	847.074	495.599	Adiantamentos de clientes		883	957	5.810	883	957	5.810
Não Circulante								Aquisição de participações societárias	35	10.725	71.808	57.906	10.725	71.808	57.906
Estoques	8	25.790	13.196	13.927	25.790	13.196	13.928	Outros passivos	20	17.289	16.393	13.769	17.289	16.393	13.769
Partes relacionadas	10	1.926	4.578	17.672	1.925	2.013	4.995	Total do Circulante		692.361	497.123	351.605	693.970	500.977	351.937
Imposto de renda e contribuição social diferidos	24					6.968		Não Circulante							
Contas a receber de clientes	7	1.592			1.592			Emprestimos e financiamentos	16	1.132.312	1.155.388	671.412	1.151.177	1.176.045	671.412
Contas a receber da Copersucar	18	1.361	1.228	1.545	1.361	1.228	1.545	Obrigações com a Copersucar	18	206.014	194.440	200.409	206.014	194.440	200.409
Tributos a recuperar	9	67.942	47.148	23.413	68.201	47.834	23.523	Tributos parcelados	19	46.318	48.436	49.873	46.318	48.436	49.873
Depósitos judiciais	26	31.969	35.654	41.784	31.969	35.654	41.784	Imposto de renda e contribuição social diferidos	24	440.717	477.165	423.084	440.717	477.165	423.084
Outros ativos	11	120	253	253	120	250	253	Provisão para contingências	26	56.649	60.171	68.064	56.649	60.171	68.064
Investimentos	12	130.700	102.057	98.594	130.958	107.143	86.028	Aquisição de participações societárias	35	9.849	55.569	9.849	9.849	55.569	
Ativos biológicos	13	1.371.826	1.570.350	1.343.594	537.764	567.145	578.254	Outros passivos	20	6	3.912	6.817	436	3.912	6.817
Imobilizado	14	1.528.097	1.483.680	1.413.608	2.717.917	2.627.129	2.545.644	Total do Não Circulante		1.882.016	1.949.361	1.475.228	2.268.474	2.321.721	1.827.338
Intangível	15	192.057	78.537	54.505	192.917	230.657	54.892	Capital social		737.200	614.150	455.900	737.200	614.150	455.900
Total do Não Circulante		3.688.289	3.638.935	3.255.443	4.044.781	3.969.098	3.622.326	Ajustes de avaliação patrimonial		1.116.709	1.265.869	1.272.558	1.116.709	1.265.869	1.272.558
Total do Ativo		4.650.329	4.547.101	3.851.511	5.038.396	4.923.315	4.203.953	Reservas de lucros		230.277	232.556	308.867	230.277	232.556	308.867

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Em milhares de reais												
Nota	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial		Reservas de lucros		Ações em tesouraria	Opções outorgadas	Lucros acumulados	Total	Reservas de lucros		Total
		De Deemed cost	Hedge accounting	Legal	Dividendos					de capital	adicionais	
Em 31 de março de 2012	455.900	610.553	670.844	(8.839)	21.530	281.323	6.014	(12.753)	106			2.024.678
Aumento de capital com reservas	158.250					(158.250)					(6.014)	(6.014)
Dividendos adicionais do exercício anterior, pagos												
Realização de mais-valia de deemed cost			(31.358)	(789)								32.147
Reclassificação deemed cost - Próprio x Investidas			(1.377)	1.377								
Resultado com derivativos - hedge accounting				25.458								25.458
Aquisição de ações de emissão própria							(1.785)					(1.785)
Opções de ações outorgadas							1.876					1.876
Opções de ações exercidas							(129)					78
Lucro líquido do exercício								72.950				72.950
Destinação do lucro:												
Constituição de reservas					3.647	71.632						(75.279)
Dividendos mínimos obrigatórios												(17.326)
Dividendos adicionais propostos												(12.674)
Em 31 de março de 2013	21	614.150	577.818	671.432	16.619	25.177	194.705	12.674	1.853			2.100.617
Aumento de capital com reservas	123.050						(123.050)					(12.674)
Dividendos adicionais do exercício anterior, pagos												
Realização de mais-valia de deemed cost			(20.906)	(8.969)								29.875
Integralização de capital com bens na Vale do Mogi	12	(43.899)	43.899									
Resultado com derivativos - hedge accounting				(108.433)	(8.191)							(116.624)
Reflexo líquido de impostos diferidos de investidas				(2.661)								(2.661)
Opções de ações outorgadas								2.297				2.297
Opções de ações exercidas								(545)				2.059
Lucro líquido do exercício								135.001				135.001
Destinação do lucro:												
Constituição de reservas					6.750	118.353						(125.103)
Dividendos mínimos obrigatórios												(32.063)
Dividendos adicionais propostos												(8.342)
Em 31 de março de 2014	21	737.200	513.013	703.701	(91.814)	(8.191)	31.927	190.008	8.342	(11.839)	3.605	2.075.952

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de março - Em milhares de reais												
Fluxo de caixa das atividades operacionais	Controladora		Consolidado		Imposto de renda e contribuição social pagos	Controladora		Consolidado		Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	Total
	2014	2013	2014	2013		2014	2013	2014	2013			
Lucro líquido do exercício	135.001	72.950	135.001	72.950								
Ajustes												
Depreciação e amortização	125.026	151.381	126.217	151.902								
Ativos biológicos colhidos (depreciação)	179.872	177.358	179.872	177.359								
Varição no valor justo de ativos biológicos	(915)	(13.377)	(915)	(13.377)								
Resultado de equivalência patrimonial	(47.175)	(13.828)	16.444	23.696								
Resultado de investimento e imobilizado baixados	1.861	(57)	(2.321)	770								
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidas	92.396	75.768	93.375	76.469								
Instrumentos financeiros derivativos	(174)	14.063	(174)	14.063								
Constituição de provisão para contingências, líquidas	16.847	14.521	16.847	14.521								
Imposto de renda e contribuição social diferidos	48.909	40.966	44.642	40.557								
Reversão de provisão para perdas na realização dos estoques		(526)		(526)								
Ajuste a valor presente e outros	9.182	14.278	8.216	14.278								
Total	560.830	533.497	617.204	572.662								
Varições nos ativos e passivos												
Contas a receber de clientes	(8.755)	(18.585)	(11.140)	(17.555)								
Estoques	5.617	10.372										

Empresa	Participação no capital social	Atividades principais
Vale do Mogi		Exploração das terras por meio de arrendamento e parceria agrícola, locação e venda de imóveis.
Empreendimentos Imobiliários S.A. ("Vale do Mogi")	100%	Cogeração de energia elétrica.
São Martinho Energia S.A. ("SME")	100%	Venda e compra de imóveis, incorporação e exploração de empreendimentos imobiliários e participação em outras sociedades.
Vale do Piracicaba S.A. ("Vale do Piracicaba")		
	100%	
SPE - Residencial Recanto das Paineiras Empreendimentos Imobiliários Ltda. ("Paineiras") - controlada da Vale do Mogi	100% (direta) e indireta (99,99%)	Incorporação e exploração do empreendimento imobiliário
SPE - Park Empresarial Iracemápolis Ltda. ("Park") - controlada da Vale do Mogi	100% (direta 0,01% e indireta 99,99%)	Incorporação e exploração do empreendimento imobiliário

(b) **Controladas em conjunto e coligadas:** Com a adoção do CPC 19 (R2) e IFRS 11 - Negócios em conjunto, a partir de 1º/04/2013, os acordos de participações onde duas ou mais partes têm controle conjunto são classificados como operações conjuntas ou *joint ventures*, conforme os direitos e as obrigações das partes dos acordos. Estes investimentos são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. No critério anterior (IAS 31), permitia-se a contabilização pelo método de equivalência patrimonial ou pelo método de consolidação proporcional para as entidades controladas em conjunto. A Companhia detém participações societárias de controle conjunto nas seguintes empresas:

Empresa	Participação no capital social	Atividades principais
Controladas em conjunto - diretas:		
Nova Fronteira Bioenergia S.A. ("NF")	50,95%	Participação em outras sociedades. Atividade agroindustrial: industrialização de cana-de-açúcar, de produção própria e adquirida de terceiros, fabricação de açúcar, etanol e seus derivados, cogeração de energia elétrica, exploração agrícola e participação em sociedades.
Santa Cruz S.A.		Exploração das terras por meio de arrendamento e parceria agrícola.
Açúcar e Alcool ("SC")		Produção de produtos químicos renováveis de alta performance.
Agro Pecúária Boa Vista S.A. ("ABV")	32,19% (direta) e indireta (14,56%)	Serviços de armazenagem.
SMA Indústria Química S.A. ("SMA")	50%	Atividade agroindustrial: industrialização de cana-de-açúcar, de produção própria e adquirida de terceiros, fabricação de etanol e seus derivados, cogeração de energia elétrica e exploração agrícola.
Usina Santa Luiza S.A. ("USL")	49,72% (direta 41,67% e indireta 8,05%)	
Controladas em conjunto - indiretas:		
Usina Boa Vista S.A. ("UBV") controlada da NF	50,95%	Atividade agroindustrial: industrialização de cana-de-açúcar, de produção própria e adquirida de terceiros, fabricação de etanol e seus derivados, cogeração de energia elétrica e exploração agrícola.
SMBJ Agroindustrial S.A. ("SMBJ") - controlada da NF	50,95%	Exploração agrícola.
Companhia Biogenética Santa Cruz 1 ("Bio") controlada da SC	32,19%	Cogeração de energia elétrica.

Coligadas são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem influência significativa, mas não o controle. Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial. 2.3. **Representação - (a) Controladora:** A Companhia reclassificou para melhor adequação de suas Demonstrações Financeiras, para rubrica "Intangível", o ágio advindo da Usina Santa Luiza S.A. pela incorporação reversa da Etanol Participações S.A., e para rubrica "investimentos" o benefício fiscal do imposto de renda e contribuição social sobre o ágio originado na aquisição da Agro Pecúária Boa Vista S.A. Assim está reapresentando também no balanço patrimonial do exercício anterior essa reclassificação para garantir a comparabilidade dos exercícios apresentados, sem afetar o resultado, patrimônio líquido e destinações de reservas e dividendos nos exercícios findos em 31/03/2014 e de 2013. Essa reclassificação pode ser assim demonstrada:

Controladora	Saldo original apresentado 2013	Reclassificação	Saldo reapresentado 2013
Ativo não circulante			
Investimentos	1.603.485	(33.135)	1.570.350
Intangível	26.999	51.538	78.537
Passivo não circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	458.762	18.403	477.165
Controladora	Saldo original apresentado 2012	Reclassificação	Saldo reapresentado 2012
Ativo não circulante			
Investimentos	1.376.929	(33.135)	1.343.794
Intangível	2.967	51.538	54.505
Passivo não circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	404.681	18.403	423.084

(b) **Consolidado:** Em função da adoção da norma mencionada no item 2.2 (b), a Companhia passou a contabilizar pelo método de equivalência patrimonial todas as suas participações em entidades nas quais detém o controle em conjunto, não mais utilizando o método de consolidação proporcional. Os saldos de 31 de março de 2013, apresentados nestas demonstrações financeiras, já contemplam a aplicação retrospectiva dos pronunciamentos, conforme mencionado. Adicionalmente, em função da reclassificação mencionada no item (a) acima, foram reclassificados os benefícios fiscais dos ágios, no consolidado. Os efeitos nas informações financeiras decorrentes do mencionado acima são como segue:

Balço Patrimonial Consolidado	Saldo original apresentado 2013	Mudança de prática contábil	Reclassificação	Saldo reapresentado 2013
Ativo				
Circulante	1.031.966	(184.892)		847.074
Não circulante	4.601.144	(543.306)	18.403	4.076.241
Total do ativo	5.633.110	(728.198)	18.403	4.923.315
Passivo e patrimônio líquido				
Circulante	663.946	(162.969)		500.977
Não circulante	2.868.547	(565.229)	18.403	2.321.721
Patrimônio líquido	2.100.617			2.100.617
Total do passivo e patrimônio líquido	5.633.110	(728.198)	18.403	4.923.315

Consolidado	Saldo original apresentado 2012	Mudança de prática contábil	Reclassificação	Saldo reapresentado 2012
Ativo				
Circulante	663.206	(167.607)		495.599
Não circulante	4.123.961	(434.010)	18.405	3.708.356
Total do ativo	4.787.167	(601.617)	18.405	4.203.955
Passivo e patrimônio líquido				
Circulante	517.353	(165.416)		351.937
Não circulante	2.245.136	(436.201)	18.405	1.827.340
Patrimônio líquido	2.024.678			2.024.678
Total do passivo e patrimônio líquido	4.787.167	(601.617)	18.405	4.203.955

Demonstração do resultado Consolidado	Saldo original 2013	Mudança de prática contábil	Saldo reapresentado 2013
Receitas	1.635.955	(344.465)	1.291.490
Custo dos produtos vendidos	(1.233.695)	303.975	(929.720)
Lucro bruto	402.260	(40.490)	361.770
Receitas (despesas) operacionais	(203.450)	20.613	(182.837)
Lucro operacional	198.810	(19.877)	178.933
Resultado financeiro	(100.651)	37.136	(63.515)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	98.159	17.259	115.418
Imposto de renda e contribuição social	(25.209)	(17.259)	(42.468)
Lucro líquido do exercício	72.950		72.950

Consolidado	Saldo original 2013	Mudança de prática contábil	Saldo reapresentado 2013
Fluxo de caixa das atividades operacionais	72.950		72.950
Lucro líquido do exercício	72.950		72.950
Ajustes ao lucro	636.421	(136.709)	499.712
Variações nos ativos e passivos	(147.710)	19.395	(128.315)
Caixa proveniente das operações	561.661	(117.314)	444.347
Juros, imposto de renda e contribuição social, pagos	(67.051)	29.336	(37.715)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	494.610	(87.978)	406.632
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(889.564)	198.938	(690.626)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	618.677	(99.318)	519.359
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	223.723	11.642	235.365
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	410.567	(114.791)	295.776
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	634.290	(103.149)	531.141

Demonstração do valor adicionado Consolidado	Saldo original 2013	Mudança de prática contábil	Saldo reapresentado 2013
Receitas	2.171.928	(522.092)	1.649.836
Insunhos adquiridos de terceiros	(1.099.904)	296.338	(803.566)
Valor adicionado bruto	1.072.024	(225.754)	846.270
Depreciação e amortização	(453.122)	123.861	(329.261)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	618.902	(101.893)	517.009
Valor adicionado recebido em transferência	209.088	(54.369)	154.719
Valor adicionado total a distribuir	827.990	(156.262)	671.728
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal e encargos	387.395	(89.099)	298.296
Impostos, taxas e contribuições	56.608	6.946	63.554
Financiadores	311.037	(74.109)	236.928
Dividendos / Lucros retidos do exercício	72.950		72.950
	827.990	(156.262)	671.728

2.4. **Apresentação de informação por segmentos:** As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com os demonstrativos internos fornecidos para os principais tomadores de decisões operacionais. Os principais tomadores de decisões operacionais, responsáveis pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais são: a diretoria, a presidência e o Conselho de Administração, responsáveis inclusive pela tomada das decisões estratégicas do Grupo. 2.5. **Conversão em moeda estrangeira - (a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional e de apresentação do Grupo. (b) **Transações e saldos:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado e apresentados como "Variações monetárias e cambiais líquidas" (Nota 32), exceto quando diferidos no patrimônio como operações de hedge de fluxo de caixa qualificadas. 2.6. **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. 2.7. **Ativos financeiros - 2.7.1. Classificação:** O Grupo classifica os ativos financeiros como: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e outros passivos financeiros. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A

administração determina a classificação dos seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. O Grupo não possui nenhum ativo financeiro classificado como mantido até o vencimento ou disponível para venda. (a) **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de hedge. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. (b) **Empréstimos e recebíveis:** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis do Grupo compreendem "Contas a receber de clientes e outros ativos", parte do "Caixa e equivalentes de caixa" e "Partes relacionadas" (Notas 6, 7 e 10). 2.7.2. **Reconhecimento e mensuração:** As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados ao resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxo de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Outros ganhos (perdas), líquidos" no período em que ocorrem. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, o Grupo estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração. 2.7.3. **Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. 2.7.4. **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros - impairment:** O Grupo avalia no final de cada exercício se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e a redução ao valor recuperável é incorrida somente se há evidência objetiva de redução ao valor recuperável como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Se identificada a perda, o valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido no resultado. Os critérios que o Grupo usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem: (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal; (iii) o Grupo, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria; (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos fluxos futuros de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo: • mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; • condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira. O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por redução ao valor recuperável é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, o Grupo pode mensurar a redução ao valor recuperável com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Se, num período subsequente, o valor da perda por redução ao valor recuperável diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após a redução ser reconhecida, a reversão da perda será reconhecida na demonstração do resultado. 2.8. **Instrumentos financeiros derivativos:** Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo, com as variações do valor justo lançadas contra o resultado, exceto quando o derivativo for designado como hedge accounting. As variações no valor justo dos derivativos designados e qualificados como hedge de valor justo são registradas na demonstração do resultado, como quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por hedge que são atribuíveis ao risco protegido. Os derivativos do Grupo designados como hedge accounting são apenas de "fluxo de caixa", cujas transações e valor justo estão descritos na Nota 27. O Grupo documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de hedge e os itens protegidos por hedge. As operações de hedge accounting seguem a política de risco aprovada pela administração da Companhia e são submetidas a testes periódicos de efetividade, retrospectivo e prospectivo. Apenas a parcela dos derivativos designada para proteção, alinhada quanto ao prazo, valor e natureza do risco, e comprovadamente efetiva, tem seus resultados potenciais registrados em conta específica de patrimônio líquido ("Ajustes de avaliação patrimonial"). Líquida do imposto de renda e da contribuição social diferidos. O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido na demonstração do resultado como "Resultado financeiro". Os valores acumulados no patrimônio líquido são realizados na demonstração do resultado nos períodos em que o item protegido por hedge afetar o resultado, cujos efeitos são apropriados ao resultado, na rubrica "Recita líquida de vendas", de modo a minimizar as variações indesejadas do objeto do hedge. 2.9. **Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor presente e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou *impairment*), quando aplicável. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que o Grupo não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. As contas a receber no mercado externo são ajustadas pela variação cambial apurada na data de fechamento do balanço. 2.10. **Estoque:** Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou produção, ajustados, quando necessário, por provisão para redução aos valores de realização. O custo dos estoques de produtos acabados contempla valores incorridos na aquisição e nos gastos gerais de fabricação. Os estoques de terrenos (loteamentos - terras) são apresentados pelo custo de aquisição acrescido de mais-valia do custo atribuído (*deemed cost*). 2.11. **Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** O imposto de renda e contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base de cálculo negativa acumulada de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, bem como dos débitos correntes, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social (Nota 24). Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais e bases negativas, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. 2.12. **Depósitos judiciais:** Os depósitos são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante. Os correspondentes passivos em discussão são demonstrados na Nota 26. 2.13. **Ativos biológicos:** Os ativos biológicos correspondem ao plantio e cultivo de lavouras de cana de açúcar, que serão utilizadas como matéria-prima na produção de açúcar e etanol. Esses ativos são mensurados ao valor justo menos as despesas de vendas. A cana de açúcar é classificada como cultura permanente, cujo ciclo produtivo economicamente viável tem, em média, seis anos após o seu primeiro corte. As premissas significativas utilizadas na determinação do valor justo dos ativos biológicos estão demonstradas na Nota 13. O valor justo dos ativos biológicos é determinado no seu reconhecimento inicial e na data-base das demonstrações financeiras. O ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos, em cada período, é determinado pela diferença entre o valor justo e custos incorridos com plantio e tratamentos dos ativos biológicos até o momento da avaliação, deduzido das eventuais variações acumuladas do valor justo de períodos anteriores, sendo registrado na sub-conta "Variação no valor justo dos ativos biológicos", na rubrica "Custo dos produtos vendidos". Em determinadas circunstâncias, a estimativa do valor justo menos as despesas de venda se aproxima do correspondente valor de custo de formação até aquele momento, especialmente quando uma pequena transformação biológica ocorre desde o momento inicial ou quando não se espera que o impacto dessa transformação sobre o preço seja material e, nesses casos, os gastos incorridos constituem-se como referência de valor justo. Os gastos incorridos com a manutenção das lavouras de cana de açúcar (tratamentos culturais) são apropriados às safras em andamento e classificados na rubrica "Ativos Biológicos" (Nota 13). A cana de açúcar no momento da colheita é considerada como produto agrícola e é mensurada pelo seu valor justo, menos despesas com vendas, o qual é determinado pelas quantidades colhidas, valorizadas pelo valor do CONSECANA (Conselho dos Produtores de Cana de Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo) acumulado do respectivo mês. O valor justo da cana de açúcar colhida passará a ser o custo da matéria-prima utilizada no processo produtivo de açúcar e etanol. 2.14. **Imobilizado:** Demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, acrescido de mais-valia do custo atribuído (*deemed cost*) para os grupos de terras e terrenos, máquinas e equipamentos industriais e agrícolas e veículos, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas anuais médias mencionadas na Nota 14. Terras e terrenos não são depreciados. Gastos com manutenção que implicam em prolongamento da vida útil econômica dos bens do ativo imobilizado são capitalizados, e itens que se desgastam durante a safra são ativados por ocasião da reposição respectiva e depreciados durante o período da safra seguinte. Gastos com manutenção sem impacto na vida útil econômica dos ativos são reconhecidos como despesa quando realizados. Os itens substituídos são baixados. Os custos dos encargos sobre empréstimos e financiamentos tomados para financiar a construção do imobilizado são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para o uso pretendido. A Companhia e a Vale do Mogi avaliaram determinados ativos imobilizados pelo custo atribuído (*deemed cost*) na data de transição para os CPCs/IFRS; ou seja, 1º de abril de 2009. Os efeitos do custo atribuído aumentaram o ativo imobilizado tendo como contrapartida o patrimônio líquido, líquido dos tributos diferidos (Nota 14 (a)). Os valores residuais e a vida útil dos ativos são reavaliados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienação são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas), líquidas" na demonstração do resultado. 2.15. **Intangível - (i) Ágio (goodwill):** É representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pelo aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Ativo intangível". Se a adquirente apraz deságio, deverá registrar o montante como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*). Ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por impairment. Perdas por impairment reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida. O ágio é alocaado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de impairment. A alocação é feita para as UGCs ou para os grupos de UGCs que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional. (ii) **Programas de computador (softwares):** As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a cinco anos. Os custos associados à manutenção de software são reconhecidos

como despesa, conforme incorridos. (iii) **Relações contratuais com parceiros e fornecedores de cana de açúcar:** As relações contratuais com parceiros e fornecedores de cana de açúcar adquiridas são reconhecidas pelo valor justo na data de aquisição. As relações contratuais têm vida útil definida e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada com base na quantidade colhida de cana de açúcar durante o prazo do contrato com o parceiro ou fornecedor. (iv) **Contratos de energia:** Os contratos de energia, adquiridos na aquisição de participação societária, são reconhecidos pelo valor justo na data de aquisição e amortizados com base no prazo dos contratos. 2.16. **Redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros:** O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ágio e os ativos intangíveis, são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidade Geradora de Caixa - UGC). 2.17. **Arrendamentos:** Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento. 2.18. **Provisões:** As provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. As provisões para contingências estão constituídas por valores atualizados, referentes a questões fiscais, cíveis e trabalhistas, com base nas estimativas de perdas estabelecidas pelos assessores jurídicos do Grupo. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. 2.19. **Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os juros pagos são classificados na demonstração dos fluxos de caixa como atividades operacionais. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. 2.20. **Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Os outros ativos estão demonstrados pelos valores de custo ou de reavaliação, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos. Os outros passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, encargos e as variações monetárias e cambiais correspondentes. 2.21. **Reconhecimento de receita e apuração do resultado:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo. O reconhecimento da receita ocorre quando o valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo, conforme descrição a seguir. (i) **Venda de produtos e prestação de serviços:** O Grupo comercializa açúcar, etanol, energia elétrica, ácido ribonucleico, bagaço de cana, entre outros. As vendas dos produtos são reconhecidas sempre que ocorre a entrega dos produtos para o cliente. A entrega não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido enviados para o local especificado; (ii) os riscos de perda tenham sido transferidos para o cliente; (iii) o cliente tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou o Grupo tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos. O Grupo presta serviços de plantio, mecanização e logística. A precificação desses serviços ocorre mediante ao tempo incorrido e materiais utilizados, e são reconhecidos a medida que ocorrem. (ii) **Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, o Grupo reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber. (iii) **Venda de terras e loteamentos:** As investidas Vale do Mogi, Paineiras e Park reconhecem as vendas de terras e loteamentos no momento em que são celebrados os contratos de compra e venda. (iv) **Demais receitas (despesas) e custos:** Os demais receitas (despesas) e custos são reconhecidos no resultado de acordo com o regime contábil de competência de exercícios. 2.22. **Distribuição de dividendos:** A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Grupo ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado quando aprovados. 2.23. **Pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica:** Gastos em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica visando o aprimoramento de produtos e processos são reconhecidos no resultado conforme incorridos. 2.24. **Normas novas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor:** As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício findo em 31 de março de 2014. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). O IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substituiu os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. A Companhia está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015. O IFRIC 21 - "Taxas". A interpretação esclareceu quando uma entidade deve reconhecer uma obrigação de pagar taxas de acordo com a legislação. A obrigação somente deve ser reconhecida quando o evento que gera a obrigação ocorre. Essa interpretação é aplicável para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2014. A Companhia não espera efeitos relevantes decorrentes dessa interpretação. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que não entraram em vigor e que se espera que tenha um impacto significativo sobre a Companhia. 3. **Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. 3.1. **Estimativas e premissas contábeis críticas:** Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir. (a) **Perda (impairment) do ágio:** Anualmente, o Grupo testa eventuais perdas (*impairment*) no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 2.14. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas. (b) **Provisão para créditos de liquidação duvidosa:** A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada mediante a análise individual dos títulos em atraso ou com perspectivas de inadimplência, passando por uma avaliação sobre a natureza do título, a existência e suficiência de garantidas reais, histórico e outras características. (c) **Provisão para redução aos valores de reposição e/ou realização dos estoques:** A provisão para redução aos valores de reposição e/ou realização dos estoques é calculada mediante análise do custo médio de produção dos produtos acabados em relação aos seus valores de realização no mercado, menos as despesas com vendas. (d) **Valor justo dos ativos biológicos:** O valor justo dos ativos biológicos do Grupo representa o valor presente dos fluxos de caixa líquidos estimados para estes ativos, o qual é determinado por meio da aplicação de premissas estabelecidas em modelos de fluxos de caixa descontados como mencionado na Nota 13. (e) **Imposto de renda, contribuição social e outros impostos:** O Grupo reconhece provisões para situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões for diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetarão os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo for determinado. (f) **Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros:** O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. O Grupo utiliza seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. Adicionalmente, determinados instrumentos financeiros ativos e passivos são descontados a valor presente para que seu registro não apresente uma divergência significativa para o correspond

que exige que as empresas do Grupo administrem seu risco cambial em relação à sua moeda funcional. As empresas, cujas operações estão expostas ao risco cambial, são requeridas a proteger suas posições via operações de hedge, efetuadas sob a orientação da tesouraria do Grupo. Para administrar seu risco cambial decorrente de operações comerciais futuras e de ativos e passivos reconhecidos, são utilizados contratos a termo de moedas, NDFs e estratégia de opções. O risco cambial ocorre quando operações comerciais futuras, ativos ou passivos registrados são mantidos em moeda diferente da moeda funcional da entidade. A política de gestão de risco cambial do Grupo é a de proteger o maior volume possível dos fluxos de caixa previstos, principalmente relacionados às vendas de exportações. **4.2.1. Ativos e passivos expostos à variação cambial:** O quadro abaixo resume os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira (dólares norte-americanos - US\$), consignados no balanço patrimonial consolidado em 31 de março de 2014:

	Milhares de	
	R\$	US\$ equivalentes
Ativo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (bancos - depósitos à vista)	94.447	41.746
Contas a receber de clientes	7.093	3.135
Instrumentos financeiros derivativos	33.553	14.831
Total dos ativos	135.093	59.712
Passivos		
Circulante:		
Empréstimos e financiamentos	305.456	134.978
Instrumentos financeiros derivativos	56.398	24.922
Outros passivos	4.440	1.962
Não circulante:		
Empréstimos e financiamentos	408.691	180.597
Total dos passivos	774.985	342.459
Sub-total líquido	(639.892)	(282.747)
(-)Financiamentos vinculados a exportações-ACC e PPE (*)	710.694	314.049
Exposição líquida ativa	70.802	31.302

Referidos ativos e passivos foram atualizados e registrados nas demonstrações financeiras de 31 de março de 2014 à taxa de câmbio em vigor naquela data, sendo R\$ 2,2624 por US\$ 1,00 para os ativos e R\$ 2,2630 por US\$ 1,00 para os passivos. (*) Os saldos de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira referem-se substancialmente a empréstimos na modalidade de Adiantamento sobre Contratos de Câmbio - ACC, Nota de Crédito a Exportação e Pré-Pagamento de Exportação - PPE, com vencimentos nos meses de abril de 2014 a setembro de 2016, que estão vinculados à exportação de produtos. Tendo em vista que a liquidação dos contratos mencionados acima se dará mediante exportações de produtos, a Administração entende que estas operações possuem hedge natural e que, portanto, as variações cambiais produzirão efeitos temporais nas demonstrações financeiras, sem efeito equivalente no fluxo de caixa. **4.3. Risco de volatilidade no preço de commodities:** O Grupo está exposto ao risco de mudanças no preço de commodities em razão dos produtos fabricados como açúcar e etanol. Em 31 de março de 2014, 5.456 toneladas de açúcar estavam precificadas junto a parceiros comerciais previstas para entrega a partir de abril de 2014, com fixação em um preço médio de 16,07 ¢/lb (centavos de dólar norte-americano por libra peso). **4.4. Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros:** O Grupo segue a prática de obter empréstimos e financiamentos indexados a taxas pós-fixadas. No que diz respeito aos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, ocorre uma mitigação natural do risco de flutuação de taxas de juros, uma vez que as aplicações financeiras são todas indexadas a taxas pós-fixadas, conforme definido na política do Grupo. Com relação aos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira o Grupo entende que os juros reagem aos movimentos da economia, de forma que, quando apresentam aumento, de maneira geral a economia está aquecida, permitindo que o Grupo pratique preços de venda acima da média histórica. **4.5. Risco de crédito:** A gestão de risco de crédito ocorre por meio de contratação de operações apenas em instituições financeiras de primeira linha que atendem aos critérios de avaliação de riscos do Grupo, mediante Política de Gestão de Riscos de Contraparte. O Grupo controla mensalmente sua exposição tanto em derivativos quanto em aplicações financeiras, com critérios de concentração máxima em função do rating da instituição financeira. Com relação ao risco de crédito de clientes o Grupo avalia anualmente o risco de crédito associado a cada um deles, e também sempre que há a inclusão de um novo cliente, atribuindo um limite individual de crédito em função do risco identificado. **4.6. Risco de liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada para o Grupo e agregada pelo Departamento financeiro. Este Departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que haja caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Em 31 de março de 2014, o Grupo mantém aplicações financeiras representadas substancialmente por operações compromissadas lastreadas por títulos públicos e por fundos de renda fixa, indexados pela variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, com características de alta liquidez e circulação no mercado, que se espera gerem prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez. A tabela a seguir analisa os passivos financeiros do Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

Controladora	Menos de um ano		Entre dois e cinco anos		Acima de cinco anos	Total
	de um ano	e dois anos	e cinco anos	de cinco anos		
Em 31 de março de 2014						
Empréstimos e financiamentos	436.671	376.562	626.557	129.193	1.568.983	
Instrumentos financeiros derivativos	56.398				56.398	
Fornecedores	66.862				66.862	
Aquisição de participação societária	10.725				10.725	
Outros passivos	17.289	6			17.295	
	<u>587.945</u>	<u>376.568</u>	<u>626.557</u>	<u>129.193</u>	<u>1.720.263</u>	
Em 31 de março de 2013						
Empréstimos e financiamentos	237.630	361.365	679.244	114.779	1.393.018	
Instrumentos financeiros derivativos	14.297				14.297	
Fornecedores	76.315				76.315	
Aquisição de participação societária	71.808	9.849			81.657	
Outros passivos	16.393	3.912			20.305	
	<u>416.443</u>	<u>375.126</u>	<u>679.244</u>	<u>114.779</u>	<u>1.585.592</u>	

Controladora	Menos de um ano		Entre dois e cinco anos		Acima de cinco anos	Total
	de um ano	e dois anos	e cinco anos	de cinco anos		
Em 31 de março de 2014						
Empréstimos e financiamentos	439.644	379.505	635.387	136.285	1.590.821	
Instrumentos financeiros derivativos	56.398				56.398	
Fornecedores	64.429				64.429	
Aquisição de participação societária	10.725				10.725	
Outros passivos	17.290	436			17.726	
	<u>588.486</u>	<u>379.941</u>	<u>635.387</u>	<u>136.285</u>	<u>1.740.099</u>	
Em 31 de março de 2013 - Reapresentado						
Empréstimos e financiamentos	240.405	364.164	687.640	124.241	1.416.450	
Instrumentos financeiros derivativos	14.297				14.297	
Fornecedores	77.059				77.059	
Aquisição de participação societária	71.808	9.849			81.657	
Outros passivos	16.393	3.912			20.305	
	<u>419.962</u>	<u>377.925</u>	<u>687.640</u>	<u>124.241</u>	<u>1.609.768</u>	

4.7. Análise de sensibilidade: Em conformidade com a Instrução CVM nº 475, a Companhia demonstra no quadro a seguir, uma análise de sensibilidade sobre os efeitos de variação do valor justo dos instrumentos financeiros que não estão designados para hedge accounting. Tal análise é relativa à precificação e proteção de risco cambial e de outros ativos e passivos financeiros em 31 de março de 2014. Esta análise considera as expectativas da Administração em relação a exposição de riscos e o cenário futuro projetado, por este motivo não foi auditada pelos auditores independentes.

	Cenários prováveis		Cenários possíveis	
	Taxa/preço médios	Impacto no resultado contábil e fluxo de caixa	Variação de 25%	Variação de 50%
Consolidado				
Variação na moeda estrangeira	5%	234	1.168	2.336
Variação no preço dos produtos vendidos	5%	3.450	4.273	5.301
Variação de curva de juros	10bps	57	71	85

Análise de sensibilidade das variações na moeda estrangeira: a Companhia está exposta a variações entre Real e Dólar. A análise de sensibilidade efetuada pela Companhia considera os efeitos de um aumento ou uma diminuição de 25% e 50% entre a paridade Real/Dólar em seus instrumentos financeiros. Nesta análise, haveria um impacto positivo ou negativo decorrente da variação cambial de R\$ 1.168 e R\$ 2.336 para os "shocks" de 25% e 50% respectivamente sobre contratos futuros e de opções de mercadoria (Ice Futures U.S. - Sugar #11) negociados em bolsa de valores e moeda negociados no mercado balcão. Análise de sensibilidade das variações nos preços das commodities: a Companhia está exposta a variações no preço do açúcar negociados por meio de contratos futuros e de opções na bolsa norte-americana Ice Futures U.S.. Utilizado também como index para contratos a termo e opções flexíveis de mercadoria no mercado balcão, a análise de sensibilidade efetuada pela Companhia considera os efeitos de um aumento ou uma diminuição de 25% e 50% no preço da commodity em seus instrumentos financeiros derivativos. Nesta análise, haveria um impacto decorrente da variação de preço na propõe de R\$ 4.273 e R\$ 5.301 para os "shocks" de 25% e 50% respectivamente. **Análise de sensibilidade das variações em curvas de juros:** a Companhia possui contratos de swap. A exposição a taxas referem-se exclusivamente a variações na curva do CDI. A análise de sensibilidade efetuada pela Companhia considera os efeitos de um aumento ou uma diminuição de 25bps e 50bps (basis points) na curva de precificação do derivativo. Nesta análise, haveria um impacto decorrente da variação da curva de R\$ 71 e R\$ 85 para os "shocks" de 25bps e 50bps respectivamente. **4.8. Gestão de capital:** Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a sua capacidade de continuidade de para oferecer retorno aos acionistas e beneficiários às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do acionista, o Grupo pode emitir a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, rever novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Condizente com outras companhias do setor, o Grupo monitora o capital com base no índice correspondente à dívida líquida dividida pelo EBITDA. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (incluindo empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O EBITDA considerado é o acumulado dos últimos doze meses. O Grupo considera ideal um indicador de até 3,5, ou seja, que a dívida líquida corresponda a 3,5 vezes o EBITDA. É aceitável que em anos de baixo preço, dada a ciclicidade natural do setor, que este indicador atinja valores superiores. Porém, em caso de persistência do indicador em níveis elevados, as ações citadas acima, bem como outras, poderão ser colocadas em prática. O referido índice é calculado e divulgado trimestralmente no relatório da administração (release) da Companhia. Os índices de avanço financeira em 31 de março de 2014 e 2013, foram calculados como segue:

	Consolidado	
	2014	2013
Capital de terceiros		
Empréstimos e financiamentos (Nota 16)	1.590.821	1.416.450
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(551.359)	(531.141)
	1.039.462	885.309
Capital próprio		
Patrimônio líquido	2.075.952	2.100.617
Total do capital	3.115.414	2.985.926
Índice de avanço financeira	33%	30%

4.9. Apreciação do valor justo: A determinação do valor justo ("fair value") dos instrumentos financeiros contratados pelo Grupo é efetuada com base em informações obtidas junto às instituições financeiras e preço cotado em mercado ativo, utilizando metodologia usual padrão de apreçamento no mercado, que compreende avaliação do valor nominal até a data do vencimento e desconto a valor presente às taxas de mercado futuro. A utilização de diferentes hipóteses pode divergir dos montantes estimados de valor justo ora apresentados com os valores realizados, tendo em vista a necessidade de parcela considerável de julgamento de interpretação das informações de mercado. O valor justo dos futuros negociados na bolsa de Nova Iorque - Intercontinental Exchange (ICE Futures US) é calculado pela diferença entre o preço contratual do derivativo e o preço de fechamento de mercado na data base, obtido de cotação em mercado ativo, e conciliado com os saldos credores ou devedores junto às corretoras. O valor justo das opções negociadas na ICE é obtido da cotação em mercado. O valor justo das opções de câmbio é obtido utilizando o método de "Black & Scholes", utilizando dados públicos de mercado, especifi-

camente a curvas de juros DI e DDI e de dólar futuro publicadas pela BM&F. O valor justo dos contratos a termo, tanto de câmbio quanto de açúcar, contratados no mercado balcão junto a bancos de primeira linha, é calculado por metodologia de desconto de fluxo de caixa futuro descontado, os quais são baseados em dados de mercado na data de cada efetivação, especificamente as curvas de juros DI e DDI publicadas pela BM&F, a PTAX publicada pelo Banco Central do Brasil, e os preços de futuros de açúcar na bolsa ICE. O Grupo avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um instrumento financeiro está registrado por valor acima de seu valor recuperável ("impairment"). Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes, títulos a receber, contas a pagar aos fornecedores e títulos a pagar, pelo valor contábil, menos a perda ("impairment") ou ajuste a valor presente, quando aplicável, estejam próximos de seus correspondentes valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para o Grupo, para instrumentos financeiros similares. O Grupo aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações de valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo: • Preços cotados (não ajustados) em mercados hierarquia para ativos e passivos idênticos (Nível 1); • Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (Nível 2); e • Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (Nível 3).

Conforme balanço patrimonial

	Controladora e Consolidado		
	Nível 1	Nível 2	Total
Ativo - Instrumentos financeiros derivativos			
Opções flexíveis de moeda	4.815		4.815
Contratos a termo - mercadoria		65	65
Passivo - Instrumentos financeiros derivativos			
Contratos a termo - câmbio		5.684	5.684
Futuros de etanol	15		15
Futuros de açúcar	14.770		14.770
Opções de açúcar	4.369		4.369
Contratos de swap		31.560	31.560

Em 31 de março de 2013 - (Consolidado reapresentado)

	Controladora e Consolidado		
	Nível 1	Nível 2	Total
Ativo - Instrumentos financeiros derivativos			
Contratos a termo - açúcar		20.787	20.787
Futuros de açúcar	35.593		35.593
Opções de açúcar	6.017		6.017
Contratos a termo - câmbio		16.835	16.835
Passivo - Instrumentos financeiros derivativos			
Contratos a termo - etanol		2	2
Contratos de swap		10.976	10.976

5. Instrumentos financeiros por categoria

	Controladora		
	Empréstimos e recebíveis	Derivativos utilizados para hedge	Total
Ativos conforme balanço patrimonial			
Em 31 de março de 2014			
Caixa e equivalentes de caixa	542.917		542.917
Contas a receber de clientes	61.392		61.392
Instrumentos financeiros derivativos	28.673	4.880	33.553
Partes relacionadas	1.926		1.926
Outros ativos, exceto pagamentos antecipados	5.426		5.426
	<u>640.334</u>	<u>4.880</u>	<u>645.214</u>
Em 31 de março de 2013 - (Consolidado reapresentado)			
Caixa e equivalentes de caixa	479.631		479.631
Contas a receber de clientes	52.770		52.770
Instrumentos financeiros derivativos		79.232	79.232
Partes relacionadas	4.578		4.578
Outros ativos, exceto pagamentos antecipados	3.262		3.262
	<u>540.241</u>	<u>79.232</u>	<u>619.473</u>

Passivos conforme balanço patrimonial

	Controladora		
	Empréstimos e recebíveis	Derivativos utilizados para hedge	Outros passivos financeiros
Em 31 de março de 2014			
Empréstimos e financiamentos	64.807		1.504.176
Instrumentos financeiros derivativos	56.398		56.398
Fornecedores		66.862	66.862
Aquisição de participações societárias		10.725	10.725
Outros passivos		17.295	17.295
	<u>64.807</u>	<u>56.398</u>	<u>1.599.058</u>
Em 31 de março de 2013 - (Consolidado reapresentado)			
Empréstimos e financiamentos	69.305		1.323.713
Instrumentos financeiros derivativos	14.251		46
Fornecedores		76.315	76.315
Aquisição de participações societárias		81.657	81.657
Outros passivos		20.305	20.305
	<u>69.305</u>	<u>14.251</u>	<u>1.502.036</u>

Ativos conforme balanço patrimonial

	Controladora		
	Empréstimos e recebíveis	Derivativos utilizados para hedge	Total
Em 31 de março de 2014			
Caixa e equivalentes de caixa	551.359		551.359
Contas a receber de clientes	73.698		73.698
Instrumentos financeiros derivativos	28.673	4.880	33.553
Partes relacionadas	1.925		1.925
Outros ativos, exceto pagamentos antecipados	5.430		5.430
	<u>661.085</u>	<u>4.880</u>	<u>665.965</u>
Em 31 de março de 2013 - Reapresentado			
Caixa e equivalentes de caixa	531.141		531.141
Contas a receber de clientes	51.739		51.739
Instrumentos financeiros derivativos		79.232	79.232
Partes relacionadas	2.013		2.013
Outros ativos, exceto pagamentos antecipados	3.262		3.262
	<u>588.155</u>	<u>79.232</u>	<u>667.387</u>

Passivos conforme balanço patrimonial

	Controladora		
	Empréstimos e recebíveis	Derivativos utilizados para hedge	Outros passivos financeiros
Em 31 de março de 2014			
Empréstimos e financiamentos	64.807		1.526.014
Instrumentos financeiros derivativos	56.398		56.398
Fornecedores		64.429	64.429
Aquisição de participações societárias		10.725	10.725
Outros passivos		17.726	17.726
	<u>64.807</u>	<u>56.398</u>	<u>1.618.894</u>
Em 31 de março de 2013 - Reapresentado			
Empréstimos e financiamentos	69.305		1.347.145
Instrumentos financeiros derivativos	14.251		46
Fornecedores		77.059	77.059
Aquisição de participações societárias		81.657	81.657
Outros passivos		20.305	20.305
	<u>69.305</u>	<u>14.251</u>	<u>1.526.212</u>

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou impaired é avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes. Não há históricos de inadimplências relevantes no Grupo.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	Rendimentos		
	2014	2013	
Caixa e bancos - no Brasil	471	2.240	
Caixa e bancos - no exterior	94.447	174.184	
Aplicações financeiras - no Brasil			
• CDB	101,04% (2013 - 101,09%) da variação do CDI - Tx média ponderada	187.549	89.449
• Debêntures compromissadas	101,23% (2013 - 100,96%) da variação do CDI - Tx média ponderada	260.450	213.758
		<u>542.917</u>	<u>479.631</u>
		<u>551.359</u>	<u>531.141</u>

O saldo de caixa e bancos compreende a depósitos em conta corrente disponíveis para uso imediato. Referidos saldos decorrem da estratégia e do fluxo normal das operações do Grupo. Todas as aplicações financeiras podem ser resgatadas em até 30 (trinta) dias, sem perda de rendimentos.

7. Contas a receber de clientes:

O saldo de contas a receber de clientes está composto da seguinte forma:

	Controladora	
--	--------------	--

12. Investimentos - 12.1. Sociedades controladas, controladas em conjunto e coligadas: O saldo de investimentos da controladora em outras sociedades é composto como segue:

	Vale do Mogi	SME	NF	SC	ABV	SMA	USL	Mirtilo	Outros	Total
Em Sociedades controladas, controladas em conjunto e coligadas:										
Ações/quotas possuídas (milhares)	23.500	12.678	426.635	1.643	1.146	50	11.898			
Percentual de participação	100,00%	100,00%	50,95%	32,19%	17,97%	50,00%	41,67%			
Capital social	84.637	5.243	858.845	63.083	208.560	100	14.541			
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	826.249	7.814	754.778	253.616	330.809	(3.500)	(15.824)			
Lucro líquido (prejuízo) do período/exercício	46.556	17.061	(12.908)	(27.140)	5.437		(2.500)			
Movimentação dos investimentos:										
Saldos em 31 de março de 2013	793.862	12.843	391.149	101.266	64.537			196.500	10.193	1.570.350
Integralização e aporte de capital	46.550	2.565						1.500	11.564	62.179
Aquisição de participação									1	1
Perda reflexa - hedge accounting				(8.191)						(8.191)
Resultado de equivalência patrimonial				(8.737)						(47.175)
Incorporação de acervo líquido - Nota 12.3	46.556	17.061	(6.577)		977	(617)	(1.042)		(446)	47.175
Reclassificação do ágio para o intangível - Nota 12.3								(151.733)		(151.733)
Alienação de investimento - Nota 12.6									(11.564)	(11.564)
Dividendos distribuídos	(63.257)	(14.655)			(1.210)					(79.122)
Redução de capital - Nota 12.7		(10.000)								(10.000)
Reflexo de impostos diferidos	2.538			(2.690)	(2.509)					(2.661)
Reclassificação para o passivo do investimento com passivo a descoberto - Nota 20						617	(458)			159
Saldos em 31 de março de 2014	826.249	7.814	384.572	81.648	61.795				9.748	1.371.826

O patrimônio líquido das investidas SC e ABV estão ajustados por mais valia dos ativos e passivos adquiridos nos montantes de R\$ 120.220 e R\$ 108.170, respectivamente.

	Vale do Mogi	SME	NF	SC	ABV	SMA	USL	Mirtilo	Outros	Total
Em Sociedades controladas, controladas em conjunto e coligadas:										
Ações/quotas possuídas (milhares)	23.500	12.678	426.635	1.643	1.146	50	11.898	58.292		
Percentual de participação	100,00%	100,00%	50,95%	32,19%	17,97%	50,00%	41,67%	100,00%		
Capital social	81.987	12.677	858.837	63.083	208.560	100	10.941	58.292		
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	793.862	12.843	767.686	314.554	346.736	(2.266)	(16.924)	44.767		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	37.145	381	(31.781)	(16.225)	10.024	(634)	(5.310)			
Movimentação dos investimentos:										
Saldos em 31 de março de 2012	765.539		407.342	106.489	63.089				1.335	1.343.794
Integralização e aumento de capital		12.677						1.500	10.411	24.588
Aquisição de participação - Nota 38								196.500		196.500
Resultado de equivalência patrimonial	37.145	381	(16.193)	(5.223)	1.801	(317)	(2.213)		(1.553)	13.828
Dividendos mínimos obrigatórios	(8.822)	(52)			(353)					(9.227)
Reclassificação para o passivo do investimento com passivo a descoberto - Nota 20			(163)			317	713			867
Saldos em 31 de março de 2013	793.862	12.843	391.149	101.266	64.537			196.500	10.193	1.570.350

Não existem participações recíprocas entre a controladora e as investidas.

12.2. Investimentos no consolidado

	2014	2013
Investimentos da Companhia		
Nova Fronteira Bioenergia S.A.	384.572	391.149
Santa Cruz S.A. Açúcar e Alcool	81.648	101.266
Agro Pecuária Boa Vista S.A.	61.795	64.537
Centro de Tecnologia Canavieira S.A.	9.747	10.193
Vale do Piracicaba S.A.	1	
	537.763	567.145

Essas investidas não são consolidadas e os investimentos estão avaliados por equivalência patrimonial, conforme movimentação demonstrada na Nota 12.1 acima. **12.3. Incorporação da Mirtilo Investimentos e Participações S.A.:** Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de abril de 2013, foi aprovada a incorporação do acervo líquido da controlada Mirtilo, com base em laudo de avaliação a valor contábil de 31 de março de 2013, emitido por peritos avaliadores independentes. O acervo líquido incorporado pela Companhia, incluindo as variações patrimoniais até 25 de abril de 2013 foi:

Ativo	Acervo líquido incorporado
Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	1
Não circulante	
Realizável a longo prazo	
IR e CS diferidos	6.967
Ativos biológicos	37.799
Total do acervo líquido incorporado	44.767

Em função dessa incorporação, o ágio pago na aquisição dessa controlada foi reclassificado para o intangível (Nota 15). **12.4. Integralização de capital na Vale do Mogi Empreendimentos Imobiliários S.A.:** Em reunião do Conselho de Administração realizada em 3 de junho de 2013, foi aprovada a integralização de capital na controlada Vale do Mogi, com base em laudo de avaliação a valor contábil de 31 de maio de 2013, emitido por peritos avaliadores independentes, conforme quadro abaixo:

	Terras	Edifícios e dependências	Equipamentos e instalações industriais	Veículos	Máquinas e implementos agrícolas	Outras imobilizações	Obras em andamento	Total
Controladora								
Saldos em 31 de março de 2012	602.806	64.754		50.905	119.963	12.641	100.658	1.410.280
Aquisição			82.769	18.316	32.310	495	99.076	232.966
Custo da venda			(117)	(211)	(1.361)	(1)		(1.690)
Transferências entre contas		22.931	28.295	664	773	3.625	(56.288)	
Depreciação		(4.181)	(126.775)	(7.052)	(17.982)	(2.534)		(158.524)
Saldos em 31 de março de 2013	602.806	83.504	442.725	62.622	133.703	14.226	143.446	1.483.032
Custo total	602.806	95.664	550.647	79.810	168.954	42.228	143.446	1.683.555
Depreciação acumulada		(12.160)	(107.922)	(17.188)	(35.251)	(28.002)		(200.523)
Valor residual	602.806	83.504	442.725	62.622	133.703	14.226	143.446	1.483.032
Aquisição			70.837	34.479	35.722	599	107.231	248.868
Custo da venda	(164)		(8)	(432)	(2.951)	(1)		(3.556)
Integralização de capital - Vale Mogi	(69.164)							(69.164)
Transferências entre contas		21.459	139.353	2.902	3.462	2.692	(169.868)	
Depreciação		(3.090)	(99.057)	(6.108)	(20.044)	(2.784)		(131.083)
Saldos em 31 de março de 2014	533.478	101.873	553.850	93.463	149.892	14.732	80.809	1.528.097
Custo total	533.478	117.129	695.664	116.084	202.569	45.515	80.809	1.791.248
Depreciação acumulada		(15.256)	(141.814)	(22.621)	(52.677)	(30.783)		(263.151)
Valor residual	533.478	101.873	553.850	93.463	149.892	14.732	80.809	1.528.097
Valores Residuais :								
Custo histórico	18.451	62.472	366.211	91.329	123.334	14.732	80.809	757.338
Mais-valia	515.027	39.401	187.639	2.134	26.558			770.759
Taxas médias de depreciação		2,95%	6,33%	6,28%	10,69%	12,07%		
Consolidado								
Saldos em 31 de março de 2012 - Reapresentado	1.713.817	72.813	458.553	50.905	119.963	12.641	113.624	2.542.316
Aquisição			82.769	18.316	32.310	495	111.838	245.728
Custo da venda	(827)		(117)	(211)	(1.361)	(1)		(2.517)
Transferências entre contas		22.931	28.295	664	773	3.625	(56.288)	
Depreciação		(4.703)	(126.775)	(7.052)	(17.982)	(2.534)		(159.486)
Saldos em 31 de março de 2013 - Reapresentado	1.712.990	91.041	442.725	62.622	133.703	14.226	169.174	2.626.481
Custo total	1.712.990	105.814	550.647	79.810	168.954	42.228	169.174	2.829.617
Depreciação acumulada		(14.773)	(107.922)	(17.188)	(35.251)	(28.002)		(203.136)
Valor residual	1.712.990	91.041	442.725	62.622	133.703	14.226	169.174	2.626.481
Aquisição			71.018	34.479	35.722	599	107.895	249.713
Custo da venda	(13.396)		(8)	(432)	(2.951)	(1)		(16.788)
Transferências estoques para vendas	(9.339)							(9.339)
Transferências entre contas		21.459	165.745	2.902	3.462	2.692	(196.260)	
Depreciação		(3.613)	(99.727)	(6.108)	(20.044)	(2.784)		(132.276)
Saldos em 31 de março de 2014	1.690.255	108.887	579.753	93.463	149.892	14.732	80.809	2.171.791
Custo total	1.690.255	127.279	722.237	116.084	202.569	45.515	80.809	2.984.748
Depreciação acumulada		(18.392)	(142.484)	(22.621)	(52.677)	(30.783)		(266.957)
Valor residual	1.690.255	108.887	579.753	93.463	149.892	14.732	80.809	2.171.791
Valores Residuais :								
Custo histórico	103.191	63.470	392.114	91.329	123.334	14.732	80.809	868.979
Mais-valia	1.587.064	45.417	187.639	2.134	26.558			1.848.812
Taxas médias anuais de depreciação		3,18%	6,15%	6,28%	10,69%	12,07%		

16. Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Encargos	Garantias	Vencimento	2014	2013
Em moeda nacional:					
Créditos rurais securitizados	IGP-M + Juros médios ponderados de 4,58% a.a. pagos anualmente	(a)	Parcelas anuais com vencimentos entre Set/18 a Jul/20	64.807	69.305
Crédito rural	Juros médios ponderados pré-fixados de 5,50% a.a. pagos no vencimento do contrato		Parcelas únicas com vencimentos em Abr/14 a Nov/14	32.915	30.556
Finame / BNDES Automático	TJLP trimestral + juros médios ponderados de 3,63% a.a. pagos mensalmente	(b)	Parcelas mensais com vencimentos entre Abr/14 a Fev/17	4.581	11.586
Finame / BNDES Automático	Taxa média ponderada pré-fixada de 3,61% a.a. pagos mensalmente	(c)	Parcelas mensais com vencimentos entre Abr/14 a Dez/23	97.727	60.951
Outros créditos securitizados	Juros pré-fixados de 3,00% a.a. pagos anualmente	(d)	Parcelas anuais com vencimento final em Mar/27	61	64
Nota de Crédito a Exportação	Varição 99,77 % CDI OVER CETIP pagos nos vencimentos dos contratos	(f)	Parcelas únicas com vencimentos em Jul/15 e Mai/17	328.880	319.557
Leasing	Taxa pré-fixada de 9,75% a.a. pagos mensalmente	(e)	Parcelas mensais com vencimentos entre Abr/14 a Dez/15	1.867	2.802
FINEM INDIRETO	TJLP trimestral + Juros médios ponderados de 2,82% a.a. pagos mensalmente	(b)	Parcelas mensais com vencimentos entre Abr/14 a Abr/23	46.290	25.399
FINEM INDIRETO	Taxa pré-fixada de 5,26% a.a. pagos mensalmente	(b)	Parcelas mensais com vencimentos entre Abr/14 a Jan/23	139.304	135.916
FINEM DIRETO	TJLP trimestral + Juros médios ponderados de 1,40% a.a. pagos mensalmente	(b)	Parcelas mensais com vencimentos entre Abr/14 a Mar/21	13.130	15.011
PRORENOVA	TJLP trimestral + Juros médios ponderados de 2,90% a.a. pagos mensalmente	(b)	Parcelas mensais com vencimentos entre Abr/14 a Out/18	48.492	45.835
PRORENOVA	Taxa pré-fixada de 5,50% a.a. pagos mensalmente	(b)	Parcelas mensais com vencimentos entre Abr/14 a Nov/19	61.518	
Cédula Crédito Bancário (BNDES PASS)	Taxa pré-fixada de 7,70% a.a. pagos nos vencimentos	(h)	Parcela única em Abr/14	15.264	
Em moeda estrangeira:					
ACC	Taxa pré-fixada de 1,2391% a.a. + Correção do dólar americano pagos no vencimento do contrato		Parcelas únicas com vencimentos entre Nov/14 e Dez/14	93.403	40.662
Nota de Crédito a Exportação	Taxa pré-fixada de 5,50% a.a. + Variação do dólar americano pagos no vencimento do contrato		Pagamentos de juros semestrais (Jun e Dez) e principal em Jun/17	229.445	204.244
PPPE	(Liber 6 meses = 0,338172% aa) + Fixo = 2,3783% a.a.) = 2,7165% a.a. + Correção do dólar americano pagos no vencimento do contrato	(g)	Parcelas semestrais com vencimentos em Mar/15, Jun/15 e Set/16	387.846	429.612
FINEM INDIRETO	Cesta de moedas (Dólar, Euro e Iene) + taxa média ponderada fixa de 7,429% a.a. pagos mensalmente	(b)	Parcelas mensais com vencimentos entre Abr/14 a Abr/23	3.453	1.518
Total				1.568.983	1.393.018
Passivo circulante				(436.671)	(237.630)
Não circulante				1.132.312	1.155.388
				1.132.312	1.155.388

Modalidade	Encargos	Garantias	Vencimento	2014	2013
Em moeda nacional:					
Créditos rurais securitizados	IGP-M + Juros médios ponderados de 4,58% a.a. pagos anualmente	(a)	Parcelas anuais com vencimentos entre Set/18 a Jul/20	64.807	69.305
Crédito rural</					

Descrição das garantias oferecidas na contratação de empréstimos e financiamentos		
	Valor contábil ou contratual	
(a) Hipoteca - 12.022 ha de terras	403.846	
(b) Alienação fiduciária de equipamentos industriais	45.642	
Alienação fiduciária de equipamentos agrícolas	100.181	
Nota promissória	2.496	
Fiança bancária	15.006	
(c) Alienação fiduciária de equipamentos industriais	164.989	
Alienação fiduciária de equipamentos agrícolas	199.829	
Nota promissória	1.664	
(d) Hipoteca - 69 ha de terras	2.071	
(e) Nota promissória	3.020	
(f) Nota promissória	100.000	
(g) Nota promissória	611.010	
(h) Etanol - 33.000m³	45.210	

As áreas de terras oferecidas em garantia de empréstimos e financiamentos referem-se a áreas de plantio de cana-de-açúcar. Os saldos de empréstimos e financiamentos no longo prazo têm a seguinte composição de vencimento:

	31 de março de 2014	Controladora	Consolidado
De 1º/04/2015 a 31/03/2016	376.562	379.505	
De 1º/04/2016 a 31/03/2017	205.897	208.841	
De 1º/04/2017 a 31/03/2018	353.944	356.887	
De 1º/04/2018 a 31/03/2019	66.716	69.659	
De 1º/04/2019 a 31/03/2020	55.332	58.276	
De 1º/04/2020 a 31/12/2023	73.861	78.009	
	<u>1.132.312</u>	<u>1.151.177</u>	

Os valores contábeis e o valor justo dos empréstimos e financiamentos são semelhantes. Com base na Resolução nº 2.471/98 do Banco Central do Brasil e outros diplomas legais vigentes, a Companhia, ABV e a USL securitizaram em 1998, 1999 e 2000 a dívida assegurada junto às instituições financeiras, por meio de aquisição, no mercado secundário, de Certificados do Tesouro Nacional - CTN, como garantia de moeda de pagamento do valor do principal da dívida. Esses financiamentos securitizados, registrados como "Créditos rurais securitizados", estarão automaticamente quitados nos seus vencimentos mediante o resgate dos Certificados do Tesouro Nacional, que se encontram custodiados pelas instituições financeiras credoras. Referidos certificados não são comercializáveis e destinam-se exclusivamente à liquidação desta dívida. O desdobramento das empresas durante os 20 anos de vigência desta securitização limita-se ao pagamento anual de montantes equivalentes à aplicação de percentuais variáveis entre 3,8% e 4,96% ao ano sobre o valor securitizado, atualizado monetariamente pelo IGP-M, limitado a 9,5% ao ano até a data do pagamento anual. Esta obrigação é registrada nas demonstrações financeiras de acordo com o valor dos desembolsos futuros, ajustadas a valor presente.

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Cana-de-açúcar	25.904	11.963	25.904	11.698
Matérias, serviços e outros	40.958	64.352	68.525	65.361
	<u>66.862</u>	<u>76.315</u>	<u>94.429</u>	<u>77.059</u>

O período de safra da cana-de-açúcar, a qual ocorre geralmente entre abril e dezembro de cada ano, tem impacto direto sobre o saldo devido a fornecedores de cana-de-açúcar e respectivos serviços de corte, carregamento e transporte.

18. Obrigações com a Copersucar: A Copersucar disponibilizou recursos a seus cooperados durante o período de associação das empresas, para financiamento de suas operações, mediante Letras de Câmbio. Os recursos foram obtidos pela Cooperativa junto ao mercado e repassados aos cooperados com prazos de liquidação no curto prazo, e sobras de caixa da Cooperativa de caráter temporário e oriundas de liminares em processos judiciais pleiteando a suspensão de exigibilidade. Essas sobras de caixa são relacionadas a provisões para contingências registradas pela Cooperativa no passivo não circulante. Entretanto, na eventualidade de perda em algum dos processos nos quais a Cooperativa obteve liminar, a Companhia poderá ser requerida a desembolsar o valor que lhe tenha sido repassado em um prazo de até 120 dias. Os principais valores contidos nessas obrigações são oriundos de IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados contestados judicialmente pela Cooperativa quanto à constitucionalidade e legalidade da exigência e pelos passivos tributários contidos no REFIS Copersucar, conforme abaixo indicado.

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
REFIS - Copersucar - Atualizado pela variação da SELIC	84.415	86.840		
Letra de Câmbio - Atualizado pela variação da SELIC	69.316	66.958		
Letra de Câmbio - Repasse de recursos sem incidência de encargos	42.682	42.682		
Provisão para despesas com processos tributários	11.641			
Total	208.054	196.480		
Passivo circulante	(2.040)	(2.040)		
Não circulante	<u>206.014</u>	<u>194.440</u>		

A totalidade das obrigações da Companhia com a Copersucar está garantida por avais de diretores. Adicionalmente, nos termos negociados no desligamento da Copersucar, a Companhia, a SC e a USL são responsáveis pelo pagamento de obrigações, proporcionais às suas participações em safras anteriores na Copersucar, que venham a resultar de autuações fiscais que poderão surgir e que se refiram a períodos em que a Companhia, a SC e a USL eram cooperadas. A Copersucar possui autuações lavradas pelas Fazendas Estaduais, com relação a ICMS incidente sobre as vendas de etanol carburante e industrial realizadas até 31 de dezembro de 2008, na condição de contribuinte principal ou substituta tributária de empresas distribuidoras. O valor atualizado proporcional à participação da Companhia na Cooperativa corresponde a R\$ 149.369. Os consultores jurídicos da Copersucar avaliam estas causas como de risco de possível perda. A Copersucar acredita dispor de argumentos sólidos para sustentar o sucesso das defesas das muitas que lhes foram impostas pelas Fazendas Estaduais em tais autuações. Essas autuações ocasionaram em custas processuais e honorários advocatícios para a Companhia em montante estimado pela Administração de R\$ 11.641, que estão registrados no resultado do exercício na rubrica de "Outras receitas, líquidas". A Administração está em discussão/revisão com a Copersucar sobre o valor final a ser indenizado por conta dessas despesas, mas não espera diferença material em relação ao valor provisionado.

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
ICMS	1.188	2.143		
REFIS - Parcelamento Lei 11.941	50.349	51.712		
	51.537	53.855		
Passivo circulante	(5.219)	(5.419)		
Não circulante	<u>46.318</u>	<u>48.436</u>		

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Venda para entrega futura	2.353	2.637	2.353	2.637
Passivo a descoberto de investidas	8.343	8.185	8.343	8.185
Mitsubishi Corporation	4.440	7.572	4.440	7.572
Cooperativa de funcionários	1.225	1.225		
Fretes e carretos	67	67		
Outros a apropriar	867	1.853	1.298	1.853
Outros débitos	17.295	20.305	17.726	20.305
Passivo circulante	17.289	16.393	17.290	16.393
Não circulante	6	3.912	436	3.912

O saldo em aberto com a Mitsubishi Corporation é proveniente de aquisição de participação societária na Usina Boa Vista S.A. realizada em novembro de 2009 com vencimento final em novembro de 2014. **21. Patrimônio líquido - (a) Capital social:** Em 31 de março de 2014 e de 2013, o capital social é de R\$ 737.200 e R\$ 614.150, respectivamente, e está dividido em 113.000.000 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de julho de 2013, os acionistas aprovaram o aumento de capital no valor de R\$ 123.050 com reserva de orçamento de capital, sem a emissão de novas ações. **(b) Ações em tesouraria:** Em 13 de dezembro de 2011, o Conselho de Administração aprovou o 2º programa de recompra de ações ordinárias de emissão da própria Companhia, para manutenção em tesouraria e posterior alienação, cancelamento ou utilização para outorga de opção de compra de ações (item (f) abaixo), sem redução de capital social, nos termos do seu Estatuto Social, das Instruções CVM nº. 10/80 e nº. 268/97 e das demais disposições legais vigentes. As operações de aquisição de ações deste 2º plano foram realizadas na BM&FBovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBovespa"), a preços de mercado, com a intermediação de corretoras. Durante o exercício findo em 31 de março de 2014, não houve recompra de ações, apenas alienação de 109.571 ações em tesouraria, em função de opções de compra exercidas por diretores da Companhia (item (f) abaixo) restando a quantidade de 657.640 ações em tesouraria. Em 31 de março de 2014, o valor de mercado da totalidade dessas ações corresponde a R\$ 20.387 (em 31 de março de 2013 - R\$ 21.781).

	Qde	Preço de aquisição*	Montante total
Ações em tesouraria em 31 de março de 2013	767.211	18,00	13.811
Alienação de ações	(109.571)	18,00	(1.972)
Ações em tesouraria em 31 de março de 2014	657.640	18,00	11.839

* inclui custos adicionais na aquisição - em reais

(c) Ajustes de avaliação patrimonial - Deemed cost: Corresponde a mais valia de custo atribuído de Terras, Edificações, Equipamentos e instalações industriais; Veículos e Máquinas e implementos agrícolas, como descrito na Nota 14(a). Os valores estão registrados líquidos dos efeitos tributários, são realizados com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens e os montantes apurados da realização são transferidos para a rubrica "Lucros acumulados". **• Valor justo de hedge accounting:** Corresponde aos resultados de operações com instrumentos financeiros derivativos não realizadas/líquidas, classificadas como hedge accounting. O referido saldo é revertido do patrimônio líquido em etapas, na proporção em que ocorreram os vencimentos/embargos das operações correlatas. **(d) Reserva Legal e para Orçamento de capital:** A reserva legal é constituída anualmente com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital. A reserva para orçamento de capital refere-se à retenção de lucros acumulados com objetivo de fazer face aos investimentos na ampliação da capacidade produtiva e em diversos projetos de aperfeiçoamento de processos, conforme orçamento de capital aprovado em Assembleia Geral dos Acionistas. Em 31 de março de 2014, a administração está propondo nova destinação para essa reserva, com o saldo remanescente do lucro líquido do exercício, também a ser aprovado, juntamente com o correspondente plano de investimentos, na próxima Assembleia Geral dos Acionistas. Adicionalmente, a administração está propondo o valor destinado para esta reserva nos anos anteriores, o que deverá ser aprovado oportunamente em Assembleia, uma vez que os correspondentes investimentos já foram realizados. **(e) Dividendos e juros sobre o capital próprio:** Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, após deduzidos os prejuízos acumulados e a constituição da reserva legal. Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 31 de julho de 2013, foi aprovada uma distribuição adicional de dividendos no montante de R\$ 12.674 (R\$ 0,112930 por ação), totalizando uma distribuição de dividendos no montante de R\$ 30.000 (R\$ 0,267302 por ação) sobre o resultado do exercício findo em 31 de março de 2013. Os dividendos mínimos obrigatórios foram apurados como segue:

	2014	2013
Lucro líquido do exercício	135.001	72.950
Constituição de reserva legal - 5%	(6.750)	(3.647)
Base de cálculo para distribuição de dividendos mínimos obrigatórios	128.251	69.303
Dividendos mínimos obrigatórios - 25% (R\$ 0,2854 por ação)	<u>32.063</u>	<u>17.326</u>

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 16 de junho de 2014, foi proposta a distribuição adicional de dividendos no montante de R\$ 8.342 (R\$ 0,0741) por ação a ser ratificada em Assembleia Geral Ordinária. **(f) Plano de outorga de opção de compra de ações:** Na Assembleia Geral Extraordinária de 26 de março de 2009 foi aprovado o Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações aos diretores da Companhia, respeitados os limites por ela estabelecidos, outorgou ao Conselho de Administração a gestão do plano. O número total de ações ordinárias que poderão ser objeto de outorga de opções não excederá 2% do total de ações da Companhia e não poderá ultrapassar o limite máximo anual de 0,5% do total de ações do capital social (558.938 ações). 2º Plano - Em 28 de novembro de 2011, foram outorgadas aos executivos opções de compra de

140.400 ações da Companhia, ao preço de exercício de R\$ 19,31 por ação. As opções poderão ser exercidas em três momentos: 1/3 após 2º ano da outorga, 1/3 após o 3º ano da outorga e 1/3 após o 4º ano da outorga, todas com prazo limite até 2018. Os valores justos das opções foram de R\$ 3,20, R\$ 4,95 e R\$ 6,41 respectivamente para cada ano de opção. 3º Plano - Em 12 de dezembro de 2011, foram outorgadas aos executivos opções de compra de 418.538 ações da Companhia, ao preço de exercício de R\$ 18,49 por ação. As opções poderão ser exercidas em três momentos: 1/3 após 2º ano da outorga, 1/3 após o 3º ano da outorga e 1/3 após o 4º ano da outorga, todas com prazo limite até 2018. Os valores justos das opções foram de R\$ 4,98, R\$ 6,38 e R\$ 7,56 respectivamente para cada ano de opção. 4º Plano - Em 17 de dezembro de 2012, foram outorgadas aos executivos opções de compra de 391.726 ações da Companhia, ao preço de exercício de R\$ 25,11 por ação. As opções poderão ser exercidas em três momentos: 1/3 após 2º ano da outorga, 1/3 após o 3º ano da outorga e 1/3 após o 4º ano da outorga, todas com prazo limite até 2019. Os valores justos das opções foram de R\$ 6,86, R\$ 7,51 e R\$ 7,86 respectivamente para cada ano de opção. 5º Plano - Em 16 de dezembro de 2013, foram outorgadas aos executivos opções de compra de 380.812 ações da Companhia, ao preço de exercício de R\$ 27,40 por ação. As opções poderão ser exercidas em três momentos: 1/3 após 2º ano da outorga, 1/3 após o 3º ano da outorga e 1/3 após o 4º ano da outorga, todas com prazo limite até 2020. Os valores justos das opções foram de R\$ 8,47, R\$ 8,99 e R\$ 9,46 respectivamente para cada ano de opção. O valor justo atribuído a estas opções foi determinado com base no modelo de precificação Black & Scholes, modelo este que leva em consideração o valor do ativo objeto, o preço de exercício, o tempo a decorrer até o exercício das opções, a probabilidade da opção ser exercida, a volatilidade histórica baseada nos preços de fechamento diário das ações dos últimos 2 anos, a taxa de dividendos e a taxa de juros livre de risco. No exercício findo em 31 de março de 2014, foram exercidas opções de compra de 109.571 ações pelo valor de R\$ 2.059. A movimentação das opções de ações em circulação, no exercício findo em 31 de março de 2014, está demonstrada a seguir:

	2º Plano	3º Plano	4º Plano	5º Plano	Total
Opções outorgadas	140.400	418.538	391.726	380.812	1.311.476
Opções exercidas	(80.778)	(69.182)			(149.960)
Opções de ações em circulação	<u>59.622</u>	<u>349.356</u>	<u>391.726</u>	<u>380.812</u>	<u>1.181.516</u>
Preço de exercício	19,31	18,49	25,11	27,40	23,60

Adicionalmente, a Companhia reconheceu no exercício uma despesa de R\$ 2.297 (2013 - R\$ 1.876) com opções de ações. **22. Benefícios a empregados e administradores:** A Companhia possui plano de previdência complementar destinado a todos os empregados e administradores, denominado Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL), o qual caracteriza-se como plano de contribuição definida. A participação de todos os empregados é assegurada, mas facultativa. A contrapartida das empresas está limitada a 1% dos salários nominais de seus empregados até o limite da unidade de referência do plano e até 6% da parcela dos salários nominais que excede referido limite. Os participantes podem efetuar contribuições acima dos limites percentuais descritos no parágrafo acima, porém, sem contrapartida por parte das empresas. O montante dessa participação nos exercícios findos em 31 de março de 2014 e de 2013, registrado como custos ou despesas operacionais no resultado foram de R\$ 1.517 e R\$ 1.507, respectivamente, na controladora. **23. Programa de participação nos lucros e resultados:** Em conformidade com Acordos Coletivos de Trabalho, firmados com as categorias de seus colaboradores, a Companhia implementou programa de participação dos empregados nos lucros e resultados, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas. Os indicadores operacionais e financeiros acordados entre a Companhia e os colaboradores, por meio dos sindicatos que os representam, estão relacionados aos seguintes aspectos: (i) aproveitamento de tempo agroindustrial; (ii) produtividade agroindustrial; (iii) índice orçamentário; (iv) acidente do trabalho; (v) satisfação dos clientes; (vi) prazo para fechamento; (vii) ganhos econômicos com mudanças de processos e a respectiva qualidade; (viii) perfil da dívida do endividamento; (ix) performance financeira lastreada especialmente ao nível e qualidade do endividamento; (x) performance econômico financeira; e (xi) qualidade das análises e apresentações para o mercado. Estes indicadores são segregados para aplicação específica aos respectivos departamentos envolvidos, os quais são divididos, para fins deste programa, entre área agroindustrial, centro de serviços compartilhados e corporativo. O montante dessa participação nos exercícios findos em 31 de março de 2014 e 2013, registrado como custos ou despesas operacionais no resultado foram de R\$ 28.261 e R\$ 24.090, respectivamente, na controladora.

24. Imposto de renda e contribuição social:

	(a) O imposto de renda e a contribuição social estão representados por:	
	2014	2013
Ativo circulante - Antecipações		
• Imposto de renda e contribuição social, a compensar	33.473	33.329
• Passivo não circulante		
Créditos diferidos		
• Imposto de renda sobre prejuízos fiscais	11.683	15.477
• Contribuição social sobre base negativa acumulada	4.279	5.645
Tributos sobre diferenças temporárias de:		
• Provisão para contingências	13.803	14.956
• Instrumentos financeiros derivativos	54.077	19.689
• Participação de empregados no resultado e bônus	1.018	3.385
• Provisão para outras obrigações	3.958	
• Outros	1.411	817
	<u>90.229</u>	<u>59.965</u>
	<u>2014</u>	<u>2013</u>

Tributos sobre diferenças temporárias de:		
• Mais-valia de ativo imobilizado (Deemed cost)	(262.165)	(295.548)
• Depreciação acelerada incentivada	(182.609)	(150.660)
• Financiamentos securitizados	(17.414)	(15.886)
• Benefício fiscal sobre ágio	(17.862)	(16.166)
• Ajuste a valor presente	(4.561)	(5.793)
• Instrumentos financeiros derivativos	(352)	(26.341)
• Ativos biológicos e produto agrícola (variação para o valor justo)	(3.684)	(10.257)
• Variação cambial	(41.289)	(16.465)
• Outros	(1.010)	(18)
	<u>(530.946)</u>	<u>(537.134)</u>
	<u>(440.717)</u>	<u>(477.165)</u>
	<u>2014</u>	<u>2013</u>

	Passivo não circulante Consolidado	
	2014	2013
Ativo circulante - Antecipações		
• Imposto de renda e contribuição social, a compensar	34.237	33.370
No passivo circulante - Débitos correntes		
• Imposto de renda e contribuição social, a pagar	611	314
Imposto de renda e contribuição social diferidos		
Créditos diferidos		
• Imposto de renda sobre prejuízos fiscais	11.683	15.477
• Contribuição social sobre base negativa acumulada	4.279	5.645
Tributos sobre diferenças temporárias de:		
• Provisão para contingências	13.803	14.956
• Instrumentos financeiros derivativos	54.077	19.684
• Participação de empregados no resultado e bônus	1.018	3.385
• Provisão para outras obrigações	3.958	
• Ativos biológicos e Produto agrícola (variação para o valor justo)		6.967
• Outros	1.411	816
	<u>90.229</u>	<u>61.830</u>

Débitos diferidos		
Tributos sobre diferenças temporárias de:		
• Mais-valia de ativo imobilizado (Deemed cost)	(629.327)	(647.251)
• Depreciação acelerada incentivada	(182.609)	(150.660)
• Financiamentos securitizados	(17.414)	(15.886)
• Benefício fiscal sobre ágio incorporado	(17.862)	(16.166)
• Ajuste a valor presente	(4.561)	(5.793)
• Instrumentos financeiros derivativos	(352)	(21.235)
• Ativos biológicos e Produto agrícola (variação para o valor justo)	(3.684)	(10.257)
• Variação cambial	(41.289)	(16.465)
• Outros	(1.011)	(17)
	<u>(898.109)</u>	<u>(883.730)</u>
	<u>(807.880)</u>	<u>(821.900)</u>
	<u>(6.968)</u>	<u>(6.968)</u>

Ativo não circulante
Passivo não circulante
Os tributos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço, por cada entidade legal, quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, e quando relacionado a mesma autoridade fiscal. A compensação dos prejuízos fiscais e da base negativa acumulada da contribuição social está limitada a 30% do lucro real anual, sem prazo de prescrição e não sujeita a atualização monetária ou juros. O reconhecimento de créditos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas tem como base projeções de resultado do Grupo que suportam a recuperação dos créditos tributários, em conformidade com as práticas contábeis vigentes. A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos tributários diferidos, indicada pelas projeções de resultado tributável aprovadas pela Administração, incluindo a expectativa de realização das diferenças temporárias, é conforme demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Lucro antes dos impostos	189.017	113.916	188.561	115.418
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(64.266)	(38.731)	(64.111)	(39.242)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:				
• Equivalência patrimonial	16.040	4.702	(5.591)	(8.057)
• Exclusões/(Adições) permanentes, líquidas	(5.912)	(7.329)	(5.912)	(7.329)
• Ajuste do cálculo de controlada tributada pelo lucro presumido			21.932	11.768
• Incentivos fiscais	122	392	122	392
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(54.016)	(40.966)	(53.560)	(42.468)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(48.909)	(40.966)	(44.642)	(40.557)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(5.107)		(8.918)	(1.911)

Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social

	28,6%	36,0%	28,4%	36,8%
--	-------	-------	-------	-------

(c) Lei 12.973/13 - Conversão da MP 627/13: Em 14 de maio de 2014, a Medida Provisória 627 foi convertida na Lei 12.973 que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências, dentre elas: (i) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77 que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido; (ii) estabelece que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores à publicação desta MP,

não terá implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria

		2014		2013		
		Preço/ taxa média	Valor de referência (Nocional) - R\$	Valor justo (Fair value) - R\$	Preço/ referência média	Valor de referência (Nocional) - R\$
Controladora e Consolidado						
No ativo circulante - (Ganho) / Perda						
Contratos futuros de mercadoria - Sugar #11 - Bolsa						
• Compromisso de venda						
	Venci-mento	Volume contratado	Cts	USD/lb		
			416.611	17,37	361.067	15.115
	abril-14	130.607	17,41	113.463	1.841	
	junho-14	188.976	17,29	163.208	7.298	
	setembro-14	72.898	17,39	63.255	4.218	
	fevereiro-15	24.130	17,71	21.321	1.758	
• Compromisso de compra						
		6.350	16,73	5.298	(345)	
	abril-14	5.842	16,74	4.880	(299)	
	junho-14	254	16,29	206	(23)	
	setembro-14	254	16,75	212	(23)	
Contratos de Opções de Mercadoria - Sugar #11 - Bolsa						
• Posição titular de opções de compra (Calls)						
		27.940	19,18	26.739	(1.363)	
	abril-14	10.160	18,00	9.124	(456)	
	junho-14	7.620	21,00	7.984	(76)	
	fevereiro-15	10.160	19,00	9.631	(831)	
• Posição titular de opções de venda (Puts)						
		120.904	17,25	104.056	(3.328)	
	abril-14	10.160	17,63	8.934	(150)	
	junho-14	52.324	17,59	45.920	(1.640)	
	setembro-14	48.260	16,91	40.711	(1.274)	
	fevereiro-15	10.160	16,75	8.491	(264)	
• Posição lançadora de opções de compra (Calls)						
		178.308	19,07	169.609	8.437	
	abril-14	20.320	18,63	18.882	271	
	junho-14	69.088	19,53	67.308	1.613	
	setembro-14	43.180	18,19	39.191	3.109	
	fevereiro-15	45.720	19,39	44.228	3.444	
• Posição lançadora de opções de venda (Puts)						
		29.210	16,83	24.522	623	
	junho-14	13.970	17,18	11.976	319	
	setembro-14	15.240	16,50	12.546	304	
Contratos futuros de mercadoria - Etanol - Bolsa						
• Compromisso de venda						
		9.000	1,150,08	10.351	15	
	maio-14	2.700	1.151,94	3.110	28	
	junho-14	3.600	1.150,00	4.140	7	
	julho-14	2.700	1.148,33	3.101	(20)	
Contratos a termo de moeda (NDF) - Dólar - Balcão						
• Compromisso de venda						
		150.531	2,3245	349.908	3.763	
	abril-14	20.079	2,2722	45.623	(184)	
	maio-14	15.000	2,2313	33.469	798	
	junho-14	18.434	2,3630	43.559	(1.081)	
	julho-14	13.024	2,3156	30.158	66	
	agosto-14	30.946	2,2890	70.835	1.580	
	setembro-14	16.757	2,3069	38.657	858	
	outubro-14	8.965	2,5024	22.434	(1.047)	
	novembro-14	9.956	2,4755	24.646	(708)	
	dezembro-14	234	2,3895	559	6	
	janeiro-15	234	2,4045	563	7	
	fevereiro-15	234	2,4210	567	8	
	março-15	1.554	2,6434	4.108	(238)	
	abril-15	234	2,4505	573	10	
	agosto-15	14.880	2,2955	34.157	3.688	
• Compromisso de compra						
		17.972	2,3699	42.592	1.921	
	abril-14	17.972	2,3699	42.592	1.921	
Contratos de Swap - Juros - Balcão						
		49.914	95,5%	31.560		
	novembro-14	49.914	95,5%	31.560		
	dezembro-14	47.920	95,7%	2.974		
	março-15	91.280	3,3%	3.033		
	junho-15	137.355	3,85%	331		
	setembro-16	183.140	2,36%	412		
	maio-17	165.736	3,60%	1.531		
			100%	23.279		
			CDI	+ 5%		
					56.398	

		2013-Representado		2013-Representado		
		Preço/ referência média	Valor de referência (Nocional) - R\$	Valor justo (Fair value) - R\$	Preço/ referência média	Valor de referência (Nocional) - R\$
Controladora e Consolidado						
No passivo circulante - (Ganho) / Perda						
Depósito de margem						
No passivo circulante - (Ganho) / Perda						
Contratos futuros de mercadoria - Etanol - Bolsa						
• Compromisso de venda						
	Venci-mento	Volume contratado	m³	R\$/m³		
			900	1.210,00	1.089	2
	março-13	900	900	1.210,00	1.089	2
Contratos de Swap - Juros - Balcão						
		10.000	USD	Ativo	Passivo	10.976
	abril-13	10.000	USD +	93,8%		
				do CDI		(147)
	maio-13	10.000	USD +	0,9%		
				94,2%		
	março-15	50.000	1,2%	do CDI		193
				Libor 6M		
				+ 3,0%		+ 3,85%
	junho-15	75.000	1,5%	do CDI		578
				Libor 6M		
				+ 1,5%		+ 2,36%
	setembro-16	100.000	1,5%	do CDI		766
				Libor 6M		
				+ 2,5%		+ 3,6%
	maio-17	80.000	2,5%	do CDI		2.730
				CDI USD + 5%		6.856
						14.297

		2014		2013		2013	
		2014	2013	2014	2013	2014	2013
Controladora e Consolidado							
No passivo circulante - (Ganho) / Perda							
Custos e despesas por natureza:							
Materia prima e materiais							
de uso e consumo							
Despesas com pessoal							
Depreciação e amortização (inclui ativos biológicos colhidos)							
Peças e serviços de manutenção							
Serviços de terceiros							
Contencioso							
Variação no valor justo dos ativos biológicos							
Materiais para revenda (i)							
Venda de terras							
Outras despesas							
		497.731	454.600	461.099	421.403	461.099	421.403
		193.394	151.829	193.518	152.662	193.518	152.662
		304.898	328.739	306.089	329.261	306.089	329.261
		44.109	28.277	44.134	28.559	44.134	28.559
		117.465	86.718	117.527	86.867	117.527	86.867
		16.903	14.846	16.903	14.845	16.903	14.845
		(915)	(13.377)	(915)	(13.377)	(915)	(13.377)
		71.301	17.390	75.410	15.058	75.410	15.058
						13.232	
		55.364	58.025	49.505	56.315	49.505	56.315
		1.300.250	1.127.047	1.276.502	1.091.593	1.276.502	1.091.593
		2014	2013	2014	2013	2014	2013
Classificadas como:							
Custo dos produtos vendidos							
Despesas com vendas							
Despesas gerais e administrativas							
		1.113.811	965.185	1.089.056	929.720	1.089.056	929.720
		73.629	59.779	73.893	59.779	73.893	59.779
		112.810	102.083	113.553	102.094	113.553	102.094
		1.300.250	1.127.047	1.276.502	1.091.593	1.276.502	1.091.593

		2013-Representado		2013-Representado		
		Preço/ referência média	Valor de referência (Nocional) - R\$	Valor justo (Fair value) - R\$	Preço/ referência média	Valor de referência (Nocional) - R\$
Controladora e Consolidado						
No ativo circulante - (Ganho) / Perda						
Contratos a Termo de Mercadoria - Sugar #11 - Balcão						
• Compromisso de venda						
	Venci-mento	Volume contratado	Ton	Cts	USD/lb	
			150.368	20,98	140.422	20.787
	abril-13	32.258	21,03	30.196	4.812	
	junho-13	61.214	20,98	57.153	8.908	
	setembro-13	56.896	20,96	53.073	7.067	
Contratos futuros de mercadoria - Sugar #11 - Bolsa						
• Compromisso de venda						
		354.483	20,25	358.205	36.274	
	abril-13	102.718	19,71	101.020	8.833	
	junho-13	141.326	20,18	142.261	14.448	
	setembro-13	103.581	20,86	107.801	12.455	
	fevereiro-14	6.858	20,82	7.123	538	
• Compromisso de compra						
		15.291	18,74	14.296	(681)	
	abril-13	7.163	18,83	6.730	(373)	
	junho-13	6.299	18,56	5.833	(240)	
	setembro-13	1.829	18,99	1.733	(68)	
Contratos de Opções de Mercadoria - Sugar #11 - Bolsa						
• Posição titular de opções de compra (Calls)						
		20.574	24,95	22.791	9	
	abril-13	20.574	24,95	22.791	9	
• Posição titular de opções de venda (Puts)						
		98.298	19,26	84.044	7.382	
	abril-13	39.624	19,27	33.902	2.922	
	junho-13	34.544	19,38	29.730	2.886	
	setembro-13	19.050	19,07	16.127	1.283	
	fevereiro-14	5.080	19,00	4.285	291	
• Posição lançadora de opções de compra (Calls)						
		148.336	22,20	146.221	(540)	
	abril-13	61.468	22,16	60.480	(27)	
	junho-13	51.308	22,37	50.951	(101)	
	setembro-13	30.480	22,21	30.054	(259)	
	fevereiro-14	5.080	21,00	4.736	(153)	
• Posição lançadora de opções de venda (Puts)						
		10.160	19,13	8.627	(834)	
	abril-13	3.810	20,00	3.383	(398)	
	junho-13	3.810	20,00	3.383	(406)	
	setembro-13	2.540	16,50	1.861	(30)	
Contratos a termo de moeda (NDF) - Dólar - Balcão						
• Compromisso de venda						
		403.316	2,1018	847.691	16.835	
	abril-13	44.272	1,8663	82.626	1.451	
	maio-13	33.940	2,0681	70.192	1.335	
	junho-13	8.550	2,0935	17.898	471	
	julho-13	52.481	2,0943	109.912	2.441	
	agosto-13	68.174	2,1059	143.569	3.378	
	setembro-13	30.490	2,1275	64.866	1.723	
	outubro-13	36.462	2,1405	78.047	2.122	
	novembro-13	33.653	2,1446	72.172	1.691	
	dezembro-13	24.440	2,1651	52.915	1.454	
	janeiro-14	24.298	2,1724	52.784	1.346	
	fevereiro-14	12.618	2,1705	27.387	542	
	março-14	1.317	2,1476	2.829	14	
	abril-14	1.745	2,1571	3.765	18	
	maio-14	1.116	2,1677	2.419	11	
	agosto-14	14.880	2,1608	32.153	(446)	
	agosto-15	14.880	2,2955	34.157	(716)	
					79.232	

		2013-Representado		2013-Representado		
		Preço/ referência média	Valor de referência (Nocional) - R\$	Valor justo (Fair value) - R\$	Preço/ referência média	Valor de referência (Nocional) - R\$